



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

BRUNA CAPINÃ BOTELHO COSTA

**PETRÓLEO, UM PASSAPORTE NÃO SEGURO PARA O DESENVOLVIMENTO:
A HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL NOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO
RECÔNCAVO**

SALVADOR

2018

BRUNA CAPINÃ BOTELHO COSTA

**PETRÓLEO, UM PASSAPORTE NÃO SEGURO PARA O DESENVOLVIMENTO:
A HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO
RECÔNCAVO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito final à obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Área de concentração: Economia da energia.

Orientador: Prof. Dr. André Garcez Ghirardi.

SALVADOR

2018

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Cristina Magalhães CRB 5- 960

Costa, Bruna Capinã Botelho

C837 Petróleo, um passaporte não seguro para o desenvolvimento: a heterogeneidade estrutural dos municípios da Bacia do Recôncavo./ Bruna Capinã Botelho Costa. – 2018.

69 f. il. quad.; mapa; graf.; fig.; tab.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Economia, Salvador, 2018.

Orientador: Prof. Dr. André Garcez Ghirardi.

1. Petróleo - Bahia. 2. Economia da energia. 4. Recursos naturais. 3. Desenvolvimento econômico. I. Ghirardi, André Garcez. II. Título. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Economia.

CDD – 338. 2728298142

BRUNA CAPINÃ BOTELHO COSTA

**PETRÓLEO, UM PASSAPORTE NÃO SEGURO PARA O DESENVOLVIMENTO:
A HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL NOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO
RECÔNCAVO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em 18 de dezembro de 2018.

Banca Examinadora

Prof. Dr. André Garcez Ghirardi
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. João Damásio de Oliveira Filho
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Antônio Renildo Santana Souza
Universidade Federal da Bahia

Aos meus pais que acreditaram sempre no poder da educação e minha vó Marina, a formadora da família na qual sou feliz em pertencer.

AGRADECIMENTOS

Não devo e não vou agradecer apenas o que se sucedeu ao longo desses quatro anos de graduação. Antes disso, muito de muitas pessoas foi agregado ao que hoje me torno. Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Ubiracira Capinã e Sinésio Botelho, por acreditarem que um mundo melhor é feito por pessoas engajadas no compromisso social e questionadoras, além de ser grata por abraçarem e acreditarem na educação como principal herança para o futuro.

O que não falta são exemplos de mulheres corajosas para que eu possa me espelhar. Sou feliz e agradeço por ter Brenda Capinã e Brena Capinã para chamar de irmãs e me acompanharem, mesmo que durante oito anos revezássemos entre o Rio de Janeiro e Salvador, a existência de vocês me completa. Reconheço a importância da minha amada tia e segunda mãe, Ubiraneila Capinan, um exemplo a ser seguido para mim no comprometimento acadêmico e pessoal. Lelê é a tia que sempre me levou para as exposições de arte, peças culturais, passeios no Santo Antônio, apresentações de teses em São Lázaro e que em 2016 me deu a oportunidade de ser dinda de Marina Capinan Santiago, a amada Beboa, que sempre consegue alegrar nossas vidas, minha gratidão.

Agradeço também a minha tia e madrinha, Ubiracema Capinan, meus tios, em especial, Antônio Capinan que trilhou um caminho diferente para a família, o da academia. Sou grata pela companhia de minhas primas, Ione Barbosa e Janaina Capinan, sempre alegrando os espaços e reuniões. Deixo meus agradecimentos também aos meus avós paternos que ao longo do tempo, perceberam a importância da atenção e também à minha vó Jaci, uma das pessoas mais elegantes e amorosas de toda a minha vida e que sempre esteve ao lado da justiça.

O meu ensino médio não seria tão especial se não fosse a oportunidade de ter vivido três anos na Escola SESC de Ensino Médio do Rio de Janeiro, o lugar em que me encontrei e tive a chance de ter o Brasil em um campus. Os amigos que lá formei estão guardados com muito carinho no meu coração. O meu colegial foi uma experiência viva da inclusão como transformação social.

Ao falar dos amigos, não posso deixar de agradecer pelo companheirismo de Isis Tejo. Amiga que ao longo desses dez anos, sempre esteve comigo, seja comemorando a aprovação do vestibular ou ouvindo a rotina atarefada de trabalhos e provas. Na volta do Rio, em 2015, sou

muito grata pelo encontro e amizade firmada durante toda a graduação com Paulo Jerônimo, a minha dupla que muito me orgulha e que agradeço pela companhia, sintonia e carinho de sempre.

Ao final da graduação agradeço a companhia de saídas, conversas e troca de livros da Gabriela Oliveira e da Laíse Santos, a presença de vocês nos meus dias e finais de semana sempre preenche o meu coração e riso de muita felicidade. Aos demais companheiros da Piedade, agradeço à Gisélia Leonardo, sempre muito carinhosa, atenciosa e sorridente e Luisa Lobão que compartilhou essa caminhada.

Tenho toda admiração e respeito aos professores da Faculdade de Economia da UFBA que contribuíram para o meu aprendizado e em especial, agradeço a João Damásio pelas aulas sempre motivadoras e por fazer com que eu me encantasse pela sala de aula. Ademais, sou muito grata pelo privilégio de poder conviver e trabalhar com o professor André Ghirardi, meu orientador e também meu companheiro de pesquisa. Agradeço também ao apoio do programa PIBIC UFBA ao longo desse tempo, pois através dele foi possível a construção dessa monografia.

Por fim, agradeço aquela que fez com que hoje eu seja uma pessoa corajosa e confiante por acreditar em uma sociedade mais justa e igualitária, afinal, há sim que endurecer-se, mas sem jamais perder a ternura. Obrigada, minha vó Marina.

"Podrán cortar todas las flores, pero no podrán detener la primavera".

(Pablo Neruda).

RESUMO

O objetivo deste trabalho é descrever a heterogeneidade estrutural presente nos municípios que formam a Bacia do Recôncavo na Bahia, essa que é o berço da indústria do petróleo no Brasil e onde se encontra o maior número de campos terrestres em produção no país, no qual se concentra grande parte dos blocos recentemente licitados para exploração de bacias com acumulações marginais. Em janeiro de 2017, o Governo Federal adotou medidas concretas para apoiar a retomada da exploração e produção de petróleo em terra, na forma do Programa para Revitalização a Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (REATE). O programa prevê tanto atividades em áreas já conhecidas, como a expansão da fronteira de exploração. A perspectiva de um novo ciclo dinâmico de produção de petróleo em terra é especialmente relevante para região, entretanto cabe identificar alguns aspectos críticos da condição da indústria de petróleo na Bacia do Recôncavo, aspectos que deverão ser abordados para que a proposta do programa REATE tenha real chance de sucesso na localidade. Historicamente, a presença da produção de petróleo não está necessariamente associada à melhoria de condições econômicas e sociais, conforme atesta a vasta literatura sobre petróleo e desenvolvimento. A dinamização da atividade econômica local dependerá, ao que tudo indica, da adoção de medidas que favoreçam a integração dos agentes econômicos locais ao fluxo de receita que venha a ser gerado pela maior produção de petróleo na região. O desafio da abundância permanece vivo.

Palavras-chave: Economia do petróleo. Desenvolvimento econômico. Economia baiana.

ABSTRACT

The objective of this work is to demonstrate the structural heterogeneity present in the municipalities that form the “Bacia do Recôncavo” in Bahia which is the cradle of the oil industry in Brazil and where the largest number of terrestrial fields in production in the country is found, where concentrates most of the blocks recently tendered for exploration of basins with marginal accumulations. In January 2017, the Federal Government adopted concrete measures to support the resumption of exploration and production of oil on land, in the form of the “Programa para Revitalização a Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres” (REATE). The program envisages both activities in areas already known as well as the expansion of the exploration frontier. The prospect of a new dynamic cycle of oil production on land is especially relevant for the region, however, it is important to identify some critical aspects of the condition of the oil industry in the “Bacia do Recôncavo”, aspects that should be addressed so that the REATE proposal has a real chance of success in the locality. Historically, the presence of oil production is not necessarily associated with the improvement of economic and social conditions, as the vast literature on oil and development attests. The dynamism of local economic activity will depend; it seems, on the adoption of measures that favor the integration of local economic agents into the revenue stream that will be generated by the greater production of oil in the region. The challenge of abundance remains alive.

Keywords: Oil economics. Economic development. Bahia economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro	1	Principais obras construídas para utilização pela Petrobras	23
Gráfico	1	Produção total de petróleo na Bahia em milhões de barris (2000-2017)	31
Mapa	1	Território de Identidade Litoral Norte/Agreste	33
Mapa	2	Municípios da Bacia do Recôncavo vs. Território de Identidade Litoral Norte/Agreste	34
Mapa	3	Porções terrestres da Bacia do Recôncavo	35
Mapa	4	Poços exploratórios da Bacia do Recôncavo	37
Mapa	5	Linhas sísmicas da Bacia do Recôncavo	38
Gráfico	2	Histórico e previsão de produção de óleo para a Bacia do Recôncavo	38
Figura	1	Dinâmica do Programa REATE	41
Figura	2	Relações de causa e efeitos da heterogeneidade estrutural e o neoestruturalismo latino americano	45
Figura	3	Relações de causa e efeitos da heterogeneidade estrutural e o estruturalismo Latino Americano	46
Quadro	2	Classificação socioeconômica dos municípios da Bacia do Recôncavo	49
Gráfico	3	Composição do PIB e Bacia do Recôncavo	51
Gráfico	4	Rendimento Nominal de ocupação do setor petróleo ou não no município de Catu	52
Gráfico	5	Rendimento Nominal de ocupação do setor petróleo ou não no município de Entre Rios	53
Gráfico	6	Rendimento Nominal de ocupação do setor petróleo ou não no município de Itanagra	53
Quadro	3	Composição do Índice FIRJAN de Desenvolvimento municipal IFDM	55
Gráfico	7	Ocupação petroleira na Bacia do Recôncavo	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Evolução da produção, importação e consumo de petróleo no Brasil no período de 1943 a 1963 em barris por ano	26
Tabela 2	Evolução da produção, importação e consumo de petróleo no Brasil no período de 1963 a 1988 em barris por ano	27
Tabela 3	Produção, importação e consumo de petróleo no Brasil (1978-1987) em barris por ano	28
Tabela 4	Produção, importação, exportação e consumo interno de petróleo no Brasil em barris por ano (2000-2012)	29
Tabela 5	Produção de petróleo e gás na Bacia do Recôncavo	36
Tabela 6	IFDM dos municípios produtores da Bacia do Recôncavo	56
Tabela 7	IFDM dos municípios não produtores da Bacia do Recôncavo	57
Tabela 8	Indicadores de renda e educação dos municípios da Bacia do Recôncavo (2010)	58
Tabela 9	Taxa de homicídios (10000) habitantes das cidades petroleiras	61
Tabela 10	Taxa de homicídios da Bahia	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP	Agência Nacional de Petróleo
BPD	Barris por dia
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIA	Centro Industrial de Aratu
CNP	Companhia Nacional de Petróleo
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
MME	Ministério de Minas e Energia
PIB	Produto Interno Bruto
REATE	Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres Secretaria de Planejamento da Bahia
RLAM	Refinaria Landulpho Alves
RNP	Refinaria Nacional de Petróleo
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO PETRÓLEO BAIANO	15
3	EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO	25
3.1	CAMPOS MADUROS E CAMPOS MARGINAIS	30
3.2	A PRODUÇÃO BAIANA	30
4	O RECÔNCAVO BAIANO VS. A BACIA DO RECÔNCAVO	32
4.1	POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM TERRA	39
5	O REFERENCIAL TEÓRICO: HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL	43
5.1	A HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL E PRODUTIVA	44
6	EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS	488
6.1	A HETEROGENEIDADE DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO RECÔNCAVO	49
6.2	SALÁRIOS	52
6.3	OUTROS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS	54
6.4	EMPREGO	58
6.5	SEGURANÇA	60
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	633
	REFERÊNCIAS	655

1 INTRODUÇÃO

O tema desse trabalho consiste em traçar um paralelo entre energia e desenvolvimento no espaço baiano da Bacia do Recôncavo. A problemática desenvolvida é como se articula a distribuição dos recursos gerados na produção de petróleo com outros segmentos produtivos, conceituando a análise do estudo dentro da dinâmica do método histórico-estrutural cepalino de heterogeneidade estrutural. O objetivo deste trabalho é descrever a heterogeneidade estrutural presente nos municípios que formam a Bacia do Recôncavo na Bahia.

Na divisão de cinco capítulos, excluindo a introdução e considerações finais, o capítulo inicial traça uma retrospectiva do petróleo na Bahia e as alterações sofridas no território após a inserção da Petrobras. Esse capítulo descreve os fatores históricos que tornaram a Bacia do Recôncavo, o berço do petróleo nacional. Na segunda parte, apresenta-se a evolução da produção de petróleo trazendo conceitos formais e localizando a participação da Bahia no universo nacional.

Ao decorrer a leitura aponta ao leitor o espaço geográfico e os municípios produtores e não produtores que constituem a Bacia do Recôncavo. Afinal, apesar do nome sugerir similaridade espacial, a Bacia sedimentar onde é encontrado o petróleo vai além do Recôncavo Baiano açucareiro-fumageiro. Em seguida apresenta-se a mais recente política pública voltada para produção em terra, o Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (REATE), e as novas perspectivas que oferece para a produção de petróleo na mais antiga Bacia sedimentar brasileira em produção.

Posteriormente, o referencial teórico apresenta elementos da teoria cepalina. Especificamente, identifica o conceito territorial da heterogeneidade estrutural como consequência de desigualdades na estrutura produtiva, isto é, de brechas de produtividade entre setores de uma mesma economia. Apresenta-se evidência empírica do diferencial de rendimentos das pessoas ocupadas nos setores petrolíferos de três cidades da Bacia sedimentar do Recôncavo, bem como indicadores socioeconômicos de saúde, educação, trabalho e violência, enfatizando a diferença entre os municípios que são produtores de petróleo e os que não produzem.

A escolha do título como “Petróleo, um passaporte não seguro para o desenvolvimento: A heterogeneidade estrutural nos municípios da Bacia do Recôncavo”, configura também um papel importante neste documento. Ao usar a preposição nos e não o termo “dos municípios

na Bacia do Recôncavo”, busco retirar uma naturalização que pode vir com o uso das palavras. Afinal, o objetivo não é naturalizar, mas assumir a minha análise sendo histórico estrutural e não herdada.

Não se atribui relação de causalidade direta entre presença de petróleo e condições inferiores de desenvolvimento. Busca-se identificar estudos que dialoguem com os resultados observados, através da metodologia descritiva. A pergunta motivadora é: “como se manifesta na Bacia do Recôncavo, a heterogeneidade estrutural no contexto da indústria do petróleo?” Para isso se apresenta as perspectivas iniciais do começo da exploração petrolífera baiana e os novos panoramas não apenas em uma abordagem numérica, mas também no significado do impacto dessa atividade para a vida da população que habita esses municípios. A análise social é especialmente relevante no entendimento da importância da criação de uma sinergia da produção de petróleo com os demais setores. O trabalho caminha do abstrato ao concreto e por fim, realiza a comunicação ao material.

2 RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO PETRÓLEO BAIANO

A primeira jazida de petróleo foi descoberta na Bahia, em janeiro de 1939. O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), descobriu a primeira acumulação de petróleo do país, localizada a 210 metros de profundidade, no bairro do subúrbio ferroviário da cidade de Salvador, Lobato (BRITO, 2008). A sua evidenciação impulsionou a caça exploratória por todo o estado até a região que depois passou a ser conhecida como Bacia do Recôncavo. Dois anos após essa descoberta, em 1941, o primeiro poço comercial é descoberto em Candeias e em 1955, o primeiro localizado no mar, próximo à costa, na Baía de Todos os Santos. Encerrou-se assim um período de 77 anos de buscas por poços de petróleo comercialmente viáveis, assumindo como ponto de partida o ano de 1864, onde há o primeiro registro governamental concedido de busca do “ouro negro”, coincidentemente (ou não), também ocorrida na Bahia (BRANDÃO, 1997). Surge, enfim, o berço da atividade petrolífera brasileira.

Durante o período aguçado de crise açucareira no Recôncavo Baiano e em todo o Estado da Bahia marcado por um cenário de atmosfera política e econômica rarefeita, instala-se no Recôncavo um agente totalmente novo, o Conselho Nacional de Petróleo (CNP). Órgão federal criado pelo Decreto-lei, nº 395, de 29 de abril de 1938). Vinculado diretamente à presidência da república e marcado pela sua característica estratégica do petróleo, o objetivo do CNP era a de controlar as atividades ligadas a produção, controle, distribuição do petróleo e os seus derivados, conforme Decreto-lei, nº 538, de 7 de julho de 1938. (COHN, 1968 *apud* BRITO, 2008, p. 68).

A deficiente industrialização baiana da quase metade do século XX irá de modo efetivo, ganhar força com o início das atividades de extração e refino do petróleo no estado. O Recôncavo baiano passa a ser explorado e fiscalizado desde o ano de 1938 pelo CNP, já as áreas que possuíam jazidas eram decretadas como propriedade estatal. Vale ressaltar, porém que apenas em 1953, com uma campanha de mobilização para o estabelecimento do monopólio estatal do petróleo, é que foi criada a Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras) (BRITO, 2008).

Para conseguir atingir as suas metas, o CNP não media esforços para pesquisar e descobrir petróleo em solos baiano no propósito de explorar o óleo e/ou gás natural. Não havia nenhum

obstáculo para dificultar a busca de petróleo, entretanto os moradores, fazendeiros e usineiros não possuíam uma relação saudável com a administração regional do Conselho, decorrência dos estragos provocados nos estabelecimentos desses indivíduos e muitas das vezes sem ressarcimento de multa. Era comum o desejo de não registrar petróleo nas terras.

De um fazendeiro ouvimos a seguinte interrogação: ‘Será que o petróleo só há de dar em canavial novo?’ - queixando-se de que a turma responsável pelo trabalho pisava nos brotos da cana recém-nascida e destruíam as covas recém plantadas. Derrubada de cercas pelos jipes da geofísica, que circulavam como se elas não existissem, esta, então, era uma das queixas mais frequentes. De outro fazendeiro ouvimos esta exclamação: ‘Deus me livre que haja petróleo em minhas terras!’ (COSTA PINTO, 1958, p. 81-82 *apud* BRITO, 2008, p. 75).

Com o passar dos anos, em virtude da abundância do petróleo encontrado no Recôncavo Baiano, em 1947, há a consolidação da construção da primeira refinaria estatal de petróleo brasileira. No governo do presidente Dutra, surge a Refinaria Nacional de Petróleo (RNP), com uma capacidade primária de refino de 2.500 Barris Por Dia (BPD) e localizada em Mataripe, município de São Francisco do Conde (BRITO, 2008). A refinaria sofre a mudança de nome após a criação da Petrobras, sendo conhecida a partir desse ano e desde a atualidade de Landulpho Alves (RLAM).

A nova dinâmica gerada pelo petróleo serve para substituir o período de decréscimo da cana de açúcar. O surgimento do petróleo dá início a um novo processo de desenvolvimento regional e também nacional. Até a década de 50, ainda sobre uma economia agromercantil em declínio, há uma contingência imensa da pobreza entre a população e a urbanização, propriamente dita, ainda não era um modo de vida. A partir de 1950, esse território passa a reproduzir outras condições com os agentes sociais já existentes e os que passaram a ser criados para a necessidade e sustentação dessa nova dinâmica.

No dia 3 de outubro de 1953, foi instituída a Petróleo Brasileiro S/A – a Petrobras. Ao final dos anos 50, a companhia acumulava recursos suficientes para incrementar a exploração do petróleo e o melhoramento das condições locais de transporte, modificando toda a infraestrutura do recôncavo baiano (BRANDÃO, 1998). A produção de petróleo seguiu uma trajetória de sucesso na Bahia. A marca de 65 mil barris por dia, do final de 1950, dá um grande passo para 100 mil barris/dia para o início da década de 1960. No final dessa mesma década, a produção de petróleo atingia 150 mil barris por dia (BRITO, 2008). As mudanças sociais também começam a se fazer sentir. Expandem-se a classe operária e a classe média urbana, surge uma nova organização social e produtiva derivada da inserção da empresa estatal.

Um empreendimento de tal monta assume maior significado no seio de uma economia relativamente modesta e de natureza preponderantemente agrária. Podemos supor que o mesmo, por seu caráter industrial, pelos vultuosos investimentos que vem realizando, pelas grandes somas despendidas em compras, serviços e salários, pela multiplicidade dos empregos oferecidos e pela formação e aperfeiçoamento de técnicos de vários níveis, esteja contribuindo sensivelmente para a incipiente industrialização do Estado e, em consequência, para as mudanças sociais concomitantes a todo processo de desenvolvimento econômico, especialmente quando este é acelerado ou intenso. (BRANDÃO, 1998, p. 187).

A presença da Petrobras e seus investimentos irão iniciar um novo e importante ciclo para a economia baiana. A exploração do petróleo no território do estado da Bahia é uma atividade econômica, que por sua natureza, há de necessariamente repercutir em toda a vida do estado. Ainda hoje, a Bacia do Recôncavo ainda representa a maior produção de petróleo na Bahia. Devido a privilegiada geografia e por abrigar dez bacias sedimentares, a sua produção petrolífera é concentrada nas suas duas bacias *onshore*, Recôncavo e Tucano Sul, juntas representam 98% da produção (ANP, 2017).

Brito (2008), descreve a intrincada estrutura de intervenções desenvolvidas pela Petrobras, bem como o conflito de interesses que, já na década de 30, era causado pela agenda de autonomia nacional no abastecimento de petróleo. Paulatinamente nesse processo, a Petrobras incorporou também demandas dos atores regionais, formando uma corporação de petróleo com apoio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Até o início dos anos 50, o meio de locomoção mais utilizado no meio rural do Recôncavo baiano, era o carro de boi sobre solos de massapé que tornava qualquer pequeno trajeto uma dificuldade. As operações de transporte da Petrobras passam a demandar investimentos primários, como abertura de rodovias ligando Salvador aos produtores de petróleo, instalações ainda muito incipientes.

A intensa massa monetária que começa a circular nesse primeiro momento na forma de salários diretos, indiretos, pagamentos de impostos e taxas aos municípios contribuem para a urbanização desse espaço. Santos (1959) pontua que nos anos de 1960 e 1970, os municípios dessa região atraíam cada vez mais população e os censos demonstram as mais altas taxas de crescimento urbano.

Segundo Pred (1979 *apud* BRITO 2008, p. 13), na nova formação do território são notáveis as diferenças nas relações de trabalho, em bases eminentemente contratuais e impessoais à medida que se avança no tempo; na urbanização, com o surgimento de novas cidades resultantes de emancipações municipais, e na ampliação dos efetivos urbanos; no aumento da complexidade do fenômeno urbano e da funcionalidade desses núcleos; no sistema de

interações espaciais entre cada cidade e sua maior abertura para sistemas urbano-regionais situados alhures, tendo por base a instalação e o melhoramento de infraestrutura física – estradas, telecomunicações, energia elétrica, etc. Por fim, os investimentos da Petrobras tornaram possível a instalação da indústria moderna na Bahia, carreada pela siderurgia de metais ferrosos e não-ferrosos, pelas indústrias metalomecânicas, químicas, de refino de petróleo e petroquímica. “Esse sistema industrial novo localiza-se, em grande medida, de maneira concentrada na Região Metropolitana de Salvador criada formalmente no início dos anos 1970.” (BRITO, 2008, p. 12).

Esse processo de reorganização territorial no Recôncavo Baiano, entre o ano de 1940 e 2000, é resultado de conhecimentos acumulados da geografia e história (BRITO, 2008). Os processos sociais que envolveram o antigo Recôncavo, transformaram os elementos definidos de sua própria estrutura econômica, política, urbana, social. Fundamentos marcados por processos de formações e mutações.

Para fazer revelar-se a natureza essencial das ações praticadas pelos agentes sociais no processo de dissolução de um território, e de construção e gestão de um outro no Recôncavo Baiano, partiu-se das seguintes questões: o que determinou a extinção do território organizado em torno das atividades canavieira e açucareira entre as décadas de 1940 e 1950? Em que condições e de que maneira, a Petrobras, junto com seus interlocutores regionais, conseguiu construir um território no Recôncavo Baiano, a partir dos anos 1960? Quais os mecanismos que a corporação utilizou para prover a gestão do território, e como foram implementados para resultar na configuração atual? (BRITO, 2008, p. 13).

Nessa perspectiva, o Recôncavo Baiano é um exemplo excelente dos processos sociais resultantes das ações primeiramente dos usineiros de açúcar, depois do CNP, Petrobras, petroleiros, Estado e unidade federativa, ao longo dos anos de sua consolidação e existência. Ao traçar a retrospectiva da formação econômica do Recôncavo Baiano é possível identificar uma organização espacial inicialmente orientada de forma majoritária pela demanda dos usineiros de açúcar, momento em que as relações sociais e de produção eram dadas na perspectiva desses indivíduos e os mecanismos de coerção, dominação e hierárquico bem marcado. Há, no meio dessa economia regional, outra de base agromercantil em grande declínio, enquanto a instituição da Petrobras ampliava a sua visibilidade com as descobertas.

A estrutura social e produtiva depois do evento da Petrobras ocorre após os anos 60 modifica-se devido as ações macroeconômicas adotadas pelo papel da grande empresa. A forma que a companhia passa a marcar a sua inserção na região mantém e cria novas relações sociais. Os reflexos de uma economia eminentemente agromercantil em decadência projetaram-se no Recôncavo Baiano, além disso reproduzindo um território, por assim dizer, empobrecido e envelhecido, representativo de um passado distante, tornando-se o espelho das ações dos agentes

que empreendiam os processos econômicos, políticos e sociais na Bahia. (BRITO, 2008, p. 78).

Vincula-se o processo de desaparecimento de uma ordem no território face à nova lógica política, social e econômica que ocasiona uma nova ordem. O termo território aqui exprime uma relação também política. “[...] o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força [...]”. (FOUCAULT, 1999, p. 175, *apud* BRITO 2008, p. 24). Entretanto, vale lembrar que de acordo com Arendt (1981, *apud* BRITO 2008, p. 25), o poder não pertence de forma única e exclusiva de um agente, no caso do Recôncavo representado pela Petrobras é envolvido também todos os integrantes da relação social.

Traçar uma retrospectiva do Recôncavo é também compreender o espaço antes e depois da Petrobras. Os usineiros de açúcar, os fornecedores de cana e os trabalhadores dos canaviais, fazendeiros, operários das fábricas de fumo, os negociantes, as indústrias, o Governo nas suas diferentes escalas de ação, os banqueiros, grandes comerciantes, o CNP e após 1954, a Petrobras, foram os principais agentes que condicionaram a evolução desse território (BRITO, 2008). Resultantes da conseqüente elevação da complexidade das ações de reprodução do espaço geográfico e das relações sociais entre os agentes, o que tornou possível o surgimento de um território específico e conduziu ao processo de concretização de territorialidade.

Na única petrolífera nacional até os anos 1960 as pesquisas, antes elaboradas pela CNP, foram ampliadas pela Petrobras, resultando na descoberta no final da década de sua instalação: Taquipe em 1958 e Buracica em 1959. Além de Lobato/ Joanes (1939), Candeias (1941), Aratu (1941), Itaparica (1942), Dom João (1947), Pedras (1950), Paramirim (1951), Água Grande (1951), Mata de São João (1953), Pojuca-Central (1953) e os campos marítimos da Baía de Todos os Santos (BRITO, 2008).

O grande volume de óleo produzido no Recôncavo Baiano era surpreendente. Segundo as metas de produção nacional de óleo da Petrobras, o volume mínimo a ser produzido deveria chegar a 40 mil barris de petróleo por dia (bpd) no período de 1956 a 1960, ou seja, 21% do consumo e 33% do petróleo refinado no país. Todavia, em fins de 1957, essa meta já havia sido atingida e em 1958 chegou a 75 mil bpd (BARROSO, 1959), com a perspectiva de ultrapassar a barreira dos 100 mil bpd em 1960. De acordo com os dados oficiais (PETROBRAS, 1993 *apud* RAMIRES, 1991, p. 124), até 1973 o Recôncavo Baiano era responsável por 80% da produção nacional de petróleo, diminuindo progressivamente com as descobertas de grandes jazidas petrolíferas noutras partes do país, em especial, na plataforma continental, com destaque para a Bacia de Campos-RJ. (BRITO, 2008, p. 105).

Ao se instalar a Petrobras na Bahia, substituindo ao CNP, as esperanças com a presença da refinaria, eram muitas e alimentavam as forças políticas, econômicas para a área regional. Focava-se em uma grande motivação de despertar para as bases industriais, tanto desejada nesse período do desenvolvimento econômico brasileiro. Entretanto, os resultados concretos ficaram aquém das expectativas. A falta desse resultado rápido e efetivo gerava enorme insatisfação de grupos políticos existentes. A refinação do óleo era muito menor que a produção do mesmo, além de não aproveitar todas as qualidades do óleo parafínico (BRITO, 2008).

A população acreditava na tomada de ações essencialmente macroeconômicas, dada a política estatal da Petrobras, ocasionando, assim, investimentos na política governamental baiana. Acreditava-se no progresso social e econômico e apesar das intervenções de infraestrutura, a agenda da companhia foi principalmente microeconômica, desconsiderando os demais agentes sociais existentes ao seu redor, as consequências dessas medidas foram vistas na falta de encadeamento desse setor produtivo com os demais setores regionais.

A falta de iniciativa da empresa nacional em industrializar de fato o estado da Bahia, ocasionou uma insatisfação em todos os órgãos do Governo Estadual. O Estado permanecia cada vez mais pobre economicamente, ainda caracterizado por uma política primário-exportador, mesmo após duas décadas de produção e fornecimento para a nação de todo o óleo – esse que não era pouco - ali produzido. A Petrobras foi a grande culpada da época. Entretanto, seria mesmo o personagem principal da falta de felicidade econômica social e política do Estado da Bahia? (BRANDÃO, 1998, p. 189).

A situação era um reflexo também de um processo desenvolvido pelos agentes sociais da região, os grandes comerciantes, banqueiros, coronéis, fazendeiros, enfim, daqueles que durante anos comandavam e regiam esses lugares. Indivíduos que eram beneficiados pela dinâmica da indústria agromercantil, essa que teve o fim do seu ciclo logo após a segunda grande guerra mundial. Dessa forma, a Petrobras não poderia ser acusada como causa única no vagaroso processo de desenvolvimento, entretanto compreendia-se que faltava da companhia uma visão além do estado baiano e de suas riquezas e potenciais. O cenário conjuntural não era favorável.

Apesar da volumosa soma de recursos financeiros aplicados diretamente no Recôncavo Baiano ao longo de cinco anos, tais recursos não se traduziam em investimentos propiciadores de um futuro desenvolvimento econômico regional baseado em atividades industriais. Nessas condições, ainda que os investimentos da Petrobras tivessem a natureza distinta daquela esperada diante da abundância da matéria-prima, eles não poderiam ser desprezados, em consequência do grande volume de recursos aplicados em várias obras e serviços. Todavia, os investimentos da Petrobras na Bahia resumiam-se às obras de ampliação da refinaria, aos convênios para abertura e asfaltamento de estradas no Recôncavo Baiano e a outros

gastos com suprimentos de serviços por firmas locais. Com isso, o seu papel econômico regional era limitado e quase que absolutamente voltado aos interesses próprios da companhia. (BRITO, 2008, p. 107).

Os resultados dessas ações microeconômicas da companhia nacional no Recôncavo Baiano criavam muita insatisfação de parte da elite açucareira, ao momento de ser declarada uma ação contra a permanência da Petrobras no Recôncavo. Uma oposição forte e marcante que estava presente nesse desacordo de agenda era o Governo do Estado, os governos dos municípios petrolíferos, grupos políticos e os próprios funcionários da Petrobras insatisfeitos com as condições de trabalho. As críticas também eram estendidas à capacidade de refino da RLAM, afinal, na Bahia era apenas processado cerca de 10% de todo o óleo na Região de Produção baiana (BRITO, 2008).

A política de investimento industrial da Petrobras, no seu momento inicial, demonstra um privilégio do investimento da empresa para o estado de São Paulo, não apenas em comparação com o estado da Bahia, mas com os demais. Na refinaria de Cubatão, a Petrobras passava a produzir de forma direta os produtos petroquímicos e adquire monopólio da importação de nafta. Dessa forma, a companhia estatal e o CNP se fecham para a entrada de capital estrangeiro, consequência de determinação constitucional e fora do escopo da Petrobras e do CNP, por outro lado a Petrobras fazia amplo uso de técnicos e tecnologia estrangeira (BRITO, 2008). A atividade petroleira na Bahia fazia com que, diferentemente de São Paulo, o estado fosse apenas uma província fornecedora de matérias-primas e não havia interesse da empresa em maiores empreendimentos petroquímicos.

Mesmo sendo a primeira refinaria estatal construída e considerando a sua importância para as mudanças de perspectivas no estado e no país, a capacidade de refino da RLAM ocupava a quinta posição em volume de processamento de óleo no ano de 1959 (BRITO, 2008). A política adotada pela companhia priorizava a eficiência dos rendimentos econômicos, grande parte dos investimentos nas áreas de maior mercado consumidor. O resultado dessa política de concentração da empresa próximo à área de maior mercado de consumo, agravava e ocasiona as desigualdades regionais existentes no país.

Um outro aspecto da ação da entidade e que contrariava os interesses dos interlocutores regionais era que a renda das taxas de participação acionária da empresa e os royalties gerados pelos óleos extraídos não eram pagos desde o começo das atividades na região. Apenas a partir de 1955 o pagamento começou a ser realizado (BRITO, 2008). Ou seja, apenas 14 anos depois do início da exploração e produção, passando a ser recolhidos para o Estado (5%) e os

municípios (1%), entretanto, mesmo assim, esse percentual não incorporava as áreas de plataforma continental, dessa forma ocasionava um prejuízo para o estado e os seus municípios (BRITO, 2008).

A condução administrativa da Petrobras sob uma política centralista e militarizada, escudada na doutrina da “Segurança Nacional”, herdada dos tempos do CNP, tornava a empresa uma instituição temível para os demais agentes envolvidos direta e indiretamente nas atividades do petróleo no Recôncavo Baiano, além do que, para a empresa, o Recôncavo Baiano não passava de uma importante fonte de matérias-primas. Nessas condições, a Petrobras era um adversário vigoroso, cuja necessidade de enfrentamento, para dar algum resultado positivo, teria de ser implementada de maneira coletiva. (BRITO, 2008, p. 117).

A insatisfação tornou-se crescente e resultou na Conferência do Petróleo organizado pelo Jornal A Tarde, em janeiro de 1959. Evento com a preocupação de debater e defender os interesses da Bahia. Durante esse período é notória a estagnação em todos os meandros da vida social, econômica e produtiva do Recôncavo Baiano, resultando a existência de limites cada vez mais estreitos à reprodução ampliada dos capitais regionais, e o aguçamento das tensões sociais provocadas, principalmente, por relações sociais de trabalho quase escravistas, refletindo-se no processo de crise e posterior dissolução do território estruturado em torno do mando dos usineiros de açúcar e em parte sob o dos fazendeiros, proprietários de armazéns e de fabricantes de charutos (BRITO, 2008). A partir de 1960, essa localidade é envolvida pelos processos derivados das transformações emanadas por ações diretas e indiretas da Petrobras, que resultaram na estruturação e desenvolvimento de um novo território a jusante e a montante das demandas da empresa.

Esta empresa, ao empreender suas ações na região segundo uma lógica que não contemplava as demandas dos seus interlocutores regionais e industrialmente limitada, gerava entre esses agentes, na opinião pública e entre os políticos uma forte reação em protesto à política de agressividade microeconômica, quando se esperava que a companhia desenvolvesse ações fundamentalmente ligadas à criação de economias externas, como compreende Abranches (1980). (BRITO, 2008, p. 120).

Diante das dificuldades para as operações de transportes na inserção do Recôncavo, a direção da Petrobras foi alterada e passou a buscar por investimentos na região. O começo do caminho era pavimentar as estradas para a realização dos interesses da companhia e desse modo impactar também os resultados econômicos e sociais regionais, após as críticas. Dessa forma, no Recôncavo Baiano, os investimentos foram materializados em três grandes redes diferentes: as estradas, a oferta de circulação de renda e a urbanização (BRITO, 2008). As primeiras rodovias no Recôncavo Baiano surgiram para contemplar os interesses diretos da Petrobras. Na possibilidade de articulação flexível, em torno das atividades da empresa,

ocasionando um amplo acesso rodoviário entre a capital, Salvador e também dos municípios produtores. As estradas foram responsáveis pela maior possibilidade e perspectiva de realizar investimentos na atividade do petróleo na Bahia.

Quadro 1 – Principais obras construídas para utilização pela Petrobras

Ano	Obras construídas
1955	50 km de oleoduto para conectar os campos de Miranga, Água Grande e Mata;
1956	100 km de oleoduto para conectar os campos de Panelas, Buracica, Taquipe e Candeias até a refinaria e ao Terminal de Madre de Deus; Terminal de Madre de Deus (primeiro terminal aquaviário do sistema Petrobras); Construção de rodovias;
1957	Duplicação da RLAM (de 5 mil bpd, para 10 mil bpd); 65 km de oleoduto para o Terminal de Madre de Deus; Construção de rodovias;
1958	Ampliação da RLAM (de 10 mil bpd para 42,5 mil bpd); Construção de rodovias;
1959	Ampliação do Terminal de Madre de Deus; Ampliação da RLAM (42,5 mil bpd);
1960	Conclusão da ampliação da RLAM (42,5 mil bpd); Construção de rodovias.

Fonte: BRITO, 2008

A presença da estatal trazia demandas de atividades diretas e indiretas, ampliando também o número de habitantes da população rural e urbana. Havia o aumento da oferta de serviços e a arrecadação desses municípios petrolíferos que também possibilitava a ampliação ou fixação de uma infraestrutura pública, a pavimentação de ruas, abastecimento de água e o saneamento (BRITO, 2008). A simplicidade existente nesses lugares abria espaço para uma maior complexidade no seu processo de formação.

Os avanços eram resultantes dos investimentos associados ao apoio da SUDENE, que previa desenvolver um processo de industrialização com a implantação de indústrias novas, principalmente siderúrgicas, e a reestruturação das tradicionais, dando suporte à Petrobras. O temor do esgotamento do recurso natural também já era pauta de preocupação dos agentes regionais e o medo da falta de assistência e o eventual abandono. A matriz estrutural, técnica-industrial da escala de produção desenvolvida pela companhia, gerou transformações profundas no território e essas mudanças transbordaram para os setores sociais e culturais. A

gestão territorial da Petrobras no Recôncavo Baiano, em decorrência da presença do óleo e petróleo implicou no desenvolvimento desigual.

Durante esse período, pode-se afirmar que a Petrobras foi capaz de construir um território novo no Recôncavo Baiano, e ao mesmo tempo, induzir um processo de transformação fundamentais na estrutura social, política, econômica e territorial que, associado a outros vetores internos e externos, transbordou para além dos limites de seu território no Recôncavo Baiano. Contudo, a construção desse território pela Petrobras não se deu de maneira aleatória, mas sim combinando seus interesses diretos com os interesses dos demais agentes envolvidos, resultando no processo de gestão do território. Cumpre destacar que a gestão empreendida pela companhia no Recôncavo Baiano é anterior à formação desse território, remonta ao seu próprio processo de inserção e desenvolvimento de suas atividades. (BRITO, 2008, p. 160).

A natureza meramente funcional assumida pela Petrobras tornava o espaço geográfico baiano cada vez mais corporativo (SANTOS, 1993). A partir da segunda metade dos anos 60, os investimentos da Petrobras no território deram espaço para a consolidação de duas distintas unidades, inclusive entre os próprios municípios do território (BRITO, 2008). Originando aqui uma nova apresentação da heterogeneidade entre os espaços e os princípios da seletividade espacial.

3 EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO

“De maneira simplificada, pode-se dividir a história da exploração no Brasil em fases diretamente ligadas à legislação do petróleo. Assim, temos os períodos 1858-1953, 1954-1997 e o recém-iniciado com o novo estatuto do setor petróleo”. (LUCCHESI, 1998, *apud* SACRAMENTO, 2013). As três fases da indústria brasileira de petróleo são caracterizadas pela: a) introdução e fortalecimento com produção quase exclusiva em campos terrestres; b) originada pelos choques de petróleo, em especial o de 1979, esse o principal pulsante para a busca da autossuficiência brasileira do setor; c) a possibilidade de inserção brasileira no mercado internacional como importante produtor e descobertas da camada do pré-sal.

A dependência externa dos derivados de petróleo ainda no século XX era um obstáculo para a expansão da economia do país. A redução dessa dependência era um grande desafio, afinal o petróleo tornava-se cada vez mais consolidado como matriz energética mundial. Ao longo de anos de tentativa, somente a partir dos anos de 1930, sob a direção do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), ocorreu a perfuração de dois poços na região soteropolitana do Lobato, mas ainda sem êxito.

No ano de 1939, a primeira descoberta na Bacia Sedimentar do Recôncavo torna-se realidade. Apesar de não ser considerado um poço comercial, a descoberta originou a exploração da região e ascendeu as perspectivas para que dois anos seguintes o primeiro poço com caráter comercial surgisse. O achado gerou discussões sobre o direito de exploração desse óleo, ocasionando em um intenso debate que explode a ideologia nacionalista crescente e inflama a participação popular na campanha “O petróleo é nosso”.

Prevalece a soberania nacional e em 1953 é dado à União o monopólio das atividades petrolíferas com a criação da Petrobras. A ascensão da produção, mesmo assim, não é suficiente para suprir a demanda que acompanha a necessidade do setor energético brasileiro e a consolidação do petróleo com importante matriz energética do país. Entre 1943 e 1963, o consumo do petróleo apresenta um crescimento de 34,1% ao ano, contudo o crescimento efetivo de 39,8% ao ano da produção auxilia a queda da dependência externa entre esses anos, com declínio anual efetivo de 1% ao ano. Em 1943, a importação representava 85,7% do consumo e em 1963 representou 69,4% (SACRAMENTO, 2013).

Tabela 1 - Evolução da produção, importação e consumo de petróleo no Brasil no período de 1943 a 1963, em barris por ano

Ano	Produção	Importação (A)	Consumo(B)	(A)/(B) - em %
1943	44.029	264.172	308.200	85,7
1944	62.898	132.086	194.984	67,7
1945	75.478	75.478	150.955	50,0
1946	62.898	264.172	327.070	80,8
1947	94.347	62.898	157.245	40,0
1948	138.376	0	138.376	0,0
1949	106.927	0	106.927	0,0
1950	327.070	81.767	408.837	20,0
1951	691.878	144.665	836.543	17,3
1952	748.486	125.796	874.282	14,4
1953	918.311	220.143	1.138.454	19,3
1954	993.788	1.031.527	2.025.316	50,9
1955	2.019.026	25.486.270	27.505.295	92,7
1956	4.056.921	35.468.182	39.525.103	89,7
1957	10.107.709	35.159.982	45.267.691	77,7
1958	18.926.008	41.009.496	51.632.968	79,4
1959	23.593.040	41.657.345	54.601.754	76,3
1960	29.612.378	41.235.929	66.583.823	61,9
1961	34.807.753	54.765.289	81.937.225	66,8
1962	33.417.707	72.263.512	103.523.818	69,8
1963	35.726.064	75.263.747	108.379.544	69,4

Fonte: SACRAMENTO, 2013

Ao longo desse período de 1943 até 1963, toda produção nacional era proveniente dos campos da Bacia do Recôncavo. Evidenciando também o crescimento do consumo a partir do ano de 1955, esse que embora não fosse suficiente para atender a demanda, contribuiu para minimizar os impactos sobre as contas externas.

No decorrer do tempo que a economia brasileira crescia, sobretudo no setor industrial, o consumo do petróleo tornava-se cada vez maior. O crescimento da produção nos anos de 1963 até 1980 passou a ser num ritmo mais vagaroso, enquanto o consumo teve o crescimento mantido pelas importações, ocasionando a ampliação da dependência externa do país na commodity.

Em meados da década de 1970 houve a primeira descoberta na Bacia de Campos, no litoral do Rio de Janeiro, foi o campo de Garoupa. Ainda assim, mesmo ao final da década de 1970, mais de 73% da produção brasileira de petróleo estava concentrada nos campos terrestres, sobretudo no Estado da Bahia. (SACRAMENTO, 2013, p. 18).

Tabela 2 - Evolução da Produção, importação e consumo de petróleo no Brasil (1963-1980), em barris por ano

Ano	Produção	Importação (A)	Consumo(B)	(A)/(B) - %
1963	35.726.064	75.263.747	108.379.544	69,4
1964	33.310.781	78.377.198	111.687.979	70,2
1965	34.342.308	74.339.146	108.681.454	68,4
1966	42.449.860	82.138.498	124.588.358	65,9
1967	53.519.908	76.603.474	130.123.382	58,9
1968	58.784.471	90.862.451	149.646.922	60,7
1969	63.042.665	97.001.296	160.043.961	60,6
1970	59.966.953	114.600.156	174.070.215	65,8
1971	62.243.861	135.884.839	191.838.900	70,8
1972	61.162.015	166.428.108	220.054.943	75,6
1973	62.118.065	232.955.323	288.097.999	80,9
1974	64.753.491	237.452.530	297.715.103	79,8
1975	62.765.914	251.063.657	308.848.049	81,3
1976	61.023.640	290.878.091	348.719.092	83,4
1977	58.690.124	290.834.062	348.970.684	83,3
1978	58.526.589	324.641.737	383.168.326	84,7
1979	60.765.758	363.883.799	424.649.557	85,7
1980	66.439.157	316.232.275	382.243.726	82,7

Fonte: SACRAMENTO, 2013

Na década de 1970 a dependência passou a ser um sério problema para o avanço da economia brasileira, consequência dos choques do petróleo de 1973 e 1979. Observa-se na Tabela 2, que a importação do petróleo durante quase toda a década passava 80% da oferta disponível internamente, em 1979, a importação alcançou 85,7% do consumo (SACRAMENTO, 2013). O ano de 1979, foi essencial para que a indústria do petróleo buscasse avançar para a sua segunda etapa, a de diminuir a dependência externa e focar na autossuficiência. Para isso, a Petrobras reorienta-se estrategicamente para intensificar a exploração na plataforma continental, dado que a possibilidade de alcançar os resultados via campo terrestres era muito difícil.

No Brasil um dos problemas a ser atacados era a dependência externa de Petróleo. Como parte do III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), a Petrobras foi reorientada a ampliar a produção interna por novas áreas e passou a destinar maiores recursos para a pesquisa e lavra de petróleo, na plataforma continental, sobretudo na Bacia de Campos. Em meados da década de 1980 surgiram os primeiros resultados da reorientação da Petrobras, a descoberta dos campos gigantes de Albacora e Marlim, na Bacia de Campos. (SACRAMENTO, 2013, p. 22).

No ano de 1985, as importações representavam apenas 49,4% do consumo interno, antes 80% em 1981, refletido na Tabela 3. A produção passa a crescer com a taxa efetiva de 6,9% ao ano, já as importações declinam. Há uma redução expressiva da dependência externa, efetiva de 2,5% ao ano, a busca pela autossuficiência vira um desafio real.

Tabela 3 - Produção, Importação e consumo de petróleo no Brasil (1978-1987), em barris

Ano	Produção	Importação (A)	Consumo(B)	(A)/(B) - %
1978	58.526.589	324.641.737	383.168.326	84,7
1979	60.765.758	363.883.799	424.649.557	85,7
1980	66.439.157	316.232.275	382.243.726	82,7
1981	77.899.173	306.212.623	379.715.226	80,6
1982	94.850.184	288.494.257	375.450.742	76,8
1983	120.393.062	264.448.351	384.482.894	68,8
1984	168.811.942	233.917.662	402.729.604	58,1
1985	199.443.268	194.411.428	393.854.696	49,4
1986	208.821.360	216.023.181	424.844.541	50,8
1987	206.487.844	224.501.831	430.989.676	52,1

Fonte: SACRAMENTO, 2013

Foram mais de duas décadas entre a explícita iniciativa e adoção de políticas (no início da década de 1980) para busca pela autossuficiência e sua conquista, possibilitada pelo avanço da produção nos campos gigantes da plataforma continental, quase que exclusivamente na Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro. O alcance pelo país da autossuficiência, que veio a ocorrer no ano de 2006, momento em que a produção ultrapassou o consumo interno da commodity. Contudo, cabe ressaltar que alcançar a “autossuficiência” não significa dizer que o Brasil não tem mais a necessidade de importar petróleo. (SACRAMENTO, 2013, p. 23).

Apenas nos anos de 2000 e 2012, a produção brasileira registra o crescimento de 67,4%, atingindo o recorde de 2,1 milhões de barris por dia. Enquanto a produção registra um incremento médio anual de 4,4%, o consumo cresce em torno de 1% ao ano, possibilitando que as exportações chegassem a alcançar nos últimos anos até 30% da produção total. Por outro lado observa-se a diminuição do volume das importações. Foi exatamente no ano de 2006 que a produção interna, pela primeira vez, supera o consumo interno.

Tabela 4 – Produção, Importação, Exportação e Consumo Interno de petróleo no Brasil, em barris por ano (2000-2012)

Ano	Produção	Importação	Exportação	Consumo interno Aparente
2000	450.626.116	145.300.794	6.818.662	589.108.248
2001	471.862.238	152.182.046	40.433.997	583.610.287
2002	530.854.512	138.725.789	85.760.604	583.819.697
2003	546.080.480	125.535.296	88.246.396	583.369.379
2004	540.717.037	169.275.492	84.251.682	625.740.848
2005	596.254.624	138.213.440	100.190.450	634.277.614
2006	628.797.408	131.508.359	134.336.184	625.969.583
2007	638.018.383	159.633.574	153.812.509	643.839.448
2008	663.275.425	149.207.982	158.110.477	654.372.930
2009	711.882.885	143.513.364	191.858.801	663.537.448
2010	749.953.844	123.648.637	230.492.050	643.110.431
2011	768.470.812	121.126.397	220.648.740	668.948.469
2012	754.408.649	113.801.213	200.652.674	667.557.188

Fonte: SACRAMENTO, 2013

As expectativas para a produção de petróleo brasileiro foram crescidas com a descoberta de petróleo na camada do pré-sal, divulgado em 2007. As estimativas de acordo com a ANP, indicavam potencial de 70 a 100 bilhões de barris de óleo, no entanto nesse momento, envolve uma demanda de alto volume de recursos financeiros e tecnológicos fazendo que a Petrobras retire os olhos dos campos de petróleo localizados em áreas menos rentáveis, a inserção de pequenas e medias empresas torna-se fundamental.

Em outubro de 2018, a produção totalizou 2.614 Mbbl/d, os campos marítimos representaram 95,9% do petróleo e 78,4% do gás natural. Os campos operados pela Petrobras produziram 92,7% do total nacional e a produção ocorreu em 7.399 poços, 716 marítimos e 6.683 localizados em terra. (ANP, 2018). No entanto, é no ano de 2017 a marca da retomada das rodadas de licitações de blocos para a exploração e produção de petróleo e gás natural. As rodadas de licitação são leilões realizados, no qual a União estabelece o direito da exploração e produção de petróleo e gás natural no país. Ao longo de 17 anos, já foram realizadas 15 rodadas de blocos exploratórios, com a presença de 100 empresas nacionais e internacionais (ANP, 2017).

3.1 CAMPOS MADUROS E CAMPOS MARGINAIS

Conforme ANP (2013) a Portaria, nº 279, de outubro de 2003, se define que, os campos marginais de petróleo são os que a produção de petróleo na época da assinatura do termo de cessão não ultrapasse 500 barris diários, além disso, que a última previsão de produção aprovada pela ANP não ultrapasse esse limite. Já os campos marginais de gás natural, são os campos que não ultrapassam a produção de 70.000 metros cúbicos diários de gás, juntamente com a última previsão da produção aprovada pela Agência. Não havendo uma infraestrutura próxima (considerada de até 10 quilômetros de distância) para o escoamento de gás, o limite para a definição de campos marginais passa para 150.000 metros cúbicos diários de gás.

No Brasil, de acordo com a ANP, 2018, as bacias maduras terrestres estão presentes nas bacias do Espírito Santo, Potiguar, Recôncavo, Sergipe e Alagoas. O total o registrado de produção de petróleo produzido nessas bacias resultou em 110,8 Mboe/d de petróleo para o ano de 2018, dos quais: 375 boe/d é de Alagoas, 3.547 boe/d na Bahia, 21 boe/d no Espírito Santo, 1.536 boe/d no Rio Grande do Norte e 209 boe/d em Sergipe. A Petrobras produziu 94,85% e o restante produzido por concessões não Petrobras. Observa-se que o território baiano é o que mais possui produção de petróleo em campos maduros, justamente devido ao extenso período de vida e por conta disso requer cuidados.

3.2 A PRODUÇÃO BAIANA

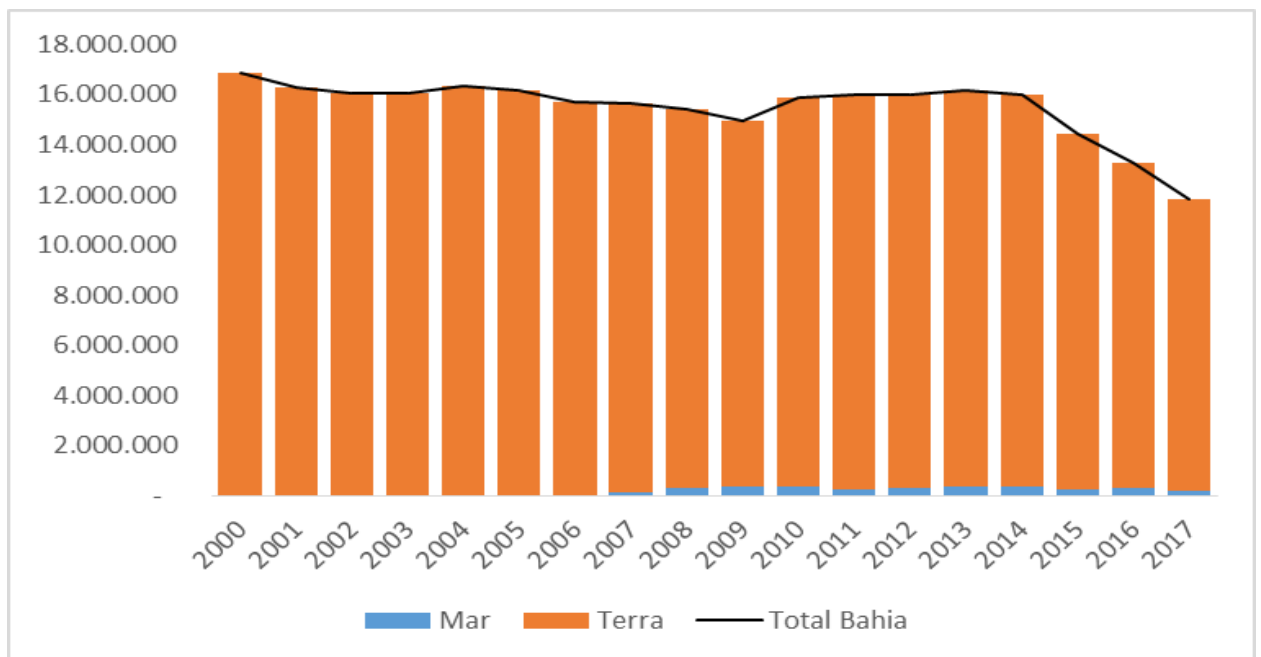
Ao longo de mais de 11 mil quilômetros quadrados do subsolo baiano e totalizando mais de 70 anos de produção, a Bacia do Recôncavo é uma das que possuem maior conteúdo petrolífero dentre todas as bacias do sistema brasileiro e a principal produtora baiana. O pico de produção do Estado ocorreu no período do final da década de 1960, atingindo 170 mil barris por dia. A produção atual corresponde a 25% do que era produzido no período de produção máxima e a tendência declinante produtiva faz com que ela seja considerada como uma bacia madura.

Os campos baianos, certamente a maioria, podem ser considerados maduros, assim como maior parte produz na faixa marginal ao principal player da cadeia produtiva, a Petrobras. Ainda assim a indústria do petróleo baiana revelou-se um negócio de faturamento superior a R\$ 3 bilhões no ano de 2009, segundo a Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE. Segundo levantamento feito pelo autor, com base em dados da ANP, referentes à produção e preços de referência do petróleo e gás de setembro de 2010, naquele mês a receita bruta da produção correspondeu a R\$ 202,4 milhões,

sendo R\$ 172,2 milhões de petróleo e R\$ 30,2 milhões de gás. (SACRAMENTO, 2013, p. 34).

Ao analisar o gráfico seguinte, vemos o total da produção baiana para os anos 2000 até 2017 em milhões de barris por dia. O percurso traçado pela linha preta é declinante e bastante ilustrativo para exemplificar a queda da produção no Estado, dado seu nível de maturação.

Gráfico 1 – Produção total de petróleo na Bahia em milhões de barris 2000-2017



Fonte: ANP, 2018b

A produção baiana de petróleo e gás natural é, atualmente, a quinta maior nacional e para além disso, registra o maior número de campos produtores brasileiros, totalizando 28,3% do total. O número é declinante, mas a sua importância continua sendo fundamental.

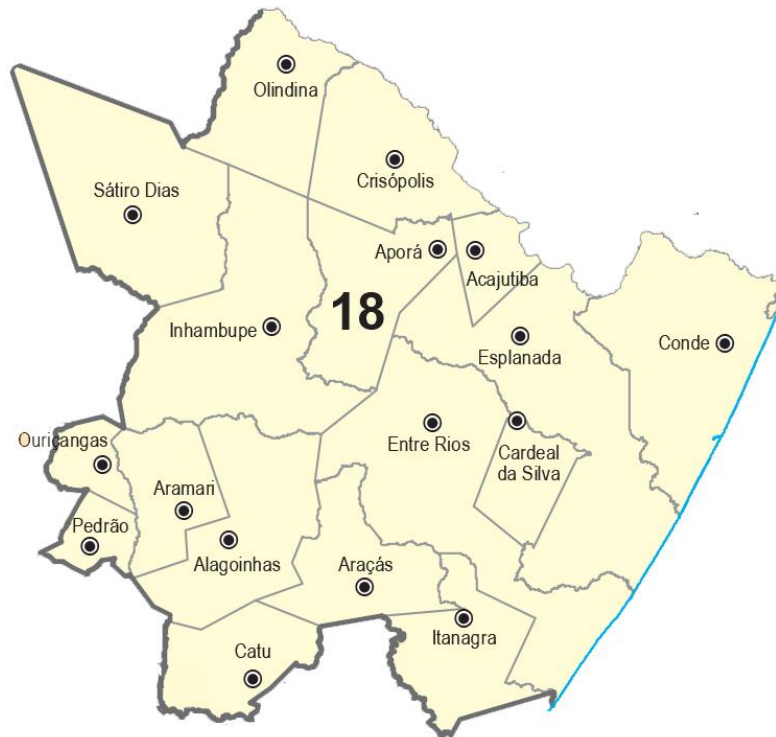
4 O RECÔNCAVO BAIANO VS. A BACIA DO RECÔNCAVO

A designação de Recôncavo Baiano é uma extensão geográfica associada aos aspectos econômicos, sociais e culturais estabelecidos pela presença e tradição do açúcar e do fumo. Entretanto, mesmo que envolva certa duplicidade com a designação da Bacia do Recôncavo, o território petrolífero da Bacia Sedimentar do Recôncavo não coincide com o espaço conhecido como Recôncavo Baiano, onde se instalaram as tradicionais produções de açúcar e de fumo na Bahia nos períodos da colônia e do império brasileiro.

A exploração do petróleo como atividade econômica no Recôncavo Baiano jamais tinha sido praticada. O petróleo não existia em todo o Recôncavo Baiano, mas apenas em uma parte dele, nos terrenos que recobrem a Bacia Sedimentar do Recôncavo, visto que as demais áreas têm o substrato geológico formado por rochas cristalinas nas quais não existe petróleo. Estruturalmente, os terrenos que fazem parte do Recôncavo Baiano compõem uma fossa tectônica preenchida por rochas sedimentares cretáceas – Bacia Sedimentar do Recôncavo – que, a partir da Baía de Todos os Santos, se estende até o Norte do estado, na direção N-NE, cujos depósitos contêm petróleo. Essa fossa tectônica é limitada de ambos os lados, pelas falhas de Salvador e de Maragogipe, ambas de embasamento cristalino – gnaisse. Os campos de exploração e produção de petróleo e gás natural no Recôncavo Baiano, à medida que iam sendo descobertos tiveram ampla disseminação, em grande medida exatamente na área core das lavouras de cana-de-açúcar. (BRITO, 2008, p. 74).

A exploração e produção de petróleo ocorrem numa área que se estende para nordeste, a partir da Baía de Todos os Santos, e inclui 30 municípios, no entanto apenas quatro deles fazem parte do Recôncavo Baiano açucareiro-fumageiro (Salvador, Candeias, São Francisco do Conde, e Santo Amaro). Os 30 municípios da Bacia Sedimentar do Recôncavo cobrem a área que se estende a partir de Salvador, e segue aproximadamente a linha da costa do litoral norte, até o município de Conde. Em seu limite a oeste, a área compreende os municípios de Santo Amaro, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Pedrão, Aramari e Inhambupe. No extremo norte da Bacia do Recôncavo estão os municípios de Rio Real, Acajutiba e Aporá.

Mapa 1 – Território de Identidade Litoral Norte/Agreste



Fonte: SEI, 2018b

Na atualidade, a produção de petróleo e gás natural *onshore* é presente em 17 destes municípios baianos ao longo da Bacia do Recôncavo, são eles: Alagoinhas, Camaçari Candeias, Catu, Mata de São João, Pojuca, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Itanagra, Teodoro Sampaio, Cardeal da Silva, Conde, Esplanada, Inhambupe, Araças, Aramari e Entre Rios. A área da Bacia Sedimentar do Recôncavo corresponde, em grande parte, ao Território de Identidade Litoral Norte/Agreste, que é uma das 27 unidades territoriais socioeconômicas em que está dividido o Estado da Bahia pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN) para efeito de planejamento e políticas públicas.

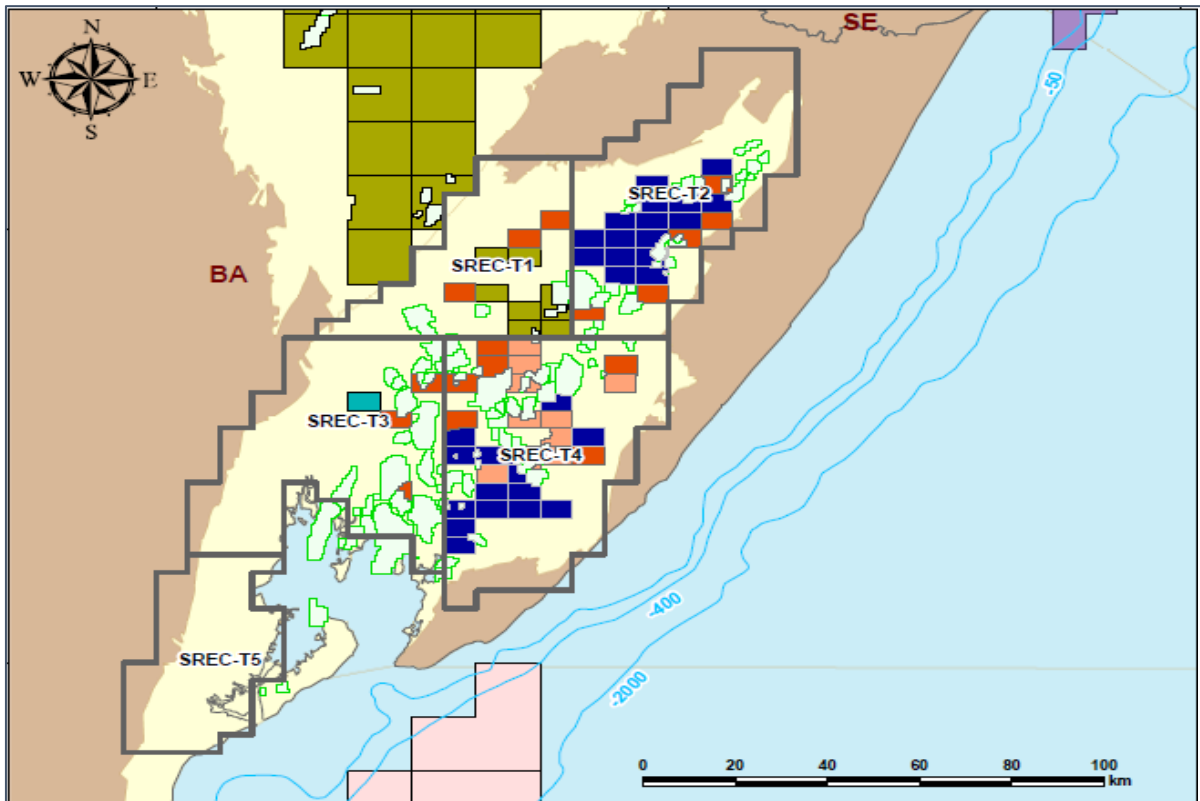
Mapa 2 – Municípios Bacia do Recôncavo x Território de Identidade Litoral Norte/Agreste



Fonte: SEI, 2018c

Os limites do território de estudo foram definidos a partir do perímetro de quatro dos cinco setores em que a ANP divide a porção terrestre da bacia sedimentar do Recôncavo para efeito de licitações (ver MAPA 2). Especificamente, a área de estudo consiste nos municípios cujo território está, parcial ou totalmente, nos setores SREC-T1, SREC-T2, SREC-T3, SREC-T4 (MAPA 3). São esses os setores terrestres onde se desenvolveu e ainda se concentra a produção de petróleo em terra na Bahia, nesses quatro setores encontra-se a quase totalidade dos blocos terrestres licitados pela ANP na Bacia do Recôncavo. São esses, portanto, os municípios da Bacia do Recôncavo que seriam diretamente afetados pela dinâmica econômica gerada pela dinamização da produção de petróleo em terra na Bahia.

Mapa 3 – Porções terrestres da Bacia do Recôncavo



Fonte: ANP, 2018c

No mês de junho de 2017, o boletim mensal da produção de petróleo e gás natural da ANP, mostrava a produção diária de 30 mil barris de petróleo e 1,6 milhões de m³ de gás natural. (ANP, 2018c). Essa produção ocorreu através de 1.367 poços em atividade. O principal município produtor de petróleo foi Esplanada, com 5,6 mil barris por dia. Os municípios de Alagoinhas, Araçás, Pojuca, e São Sebastião do Passé produziram mais de 3 mil barris por dia. O principal município produtor de gás foi Pojuca, com 529,5 mil m³ por dia. Os municípios de Araçás, Candeias, e São Sebastião do Passé produziram mais de 100 mil m³ por dia.

Tabela 5 - Produção de Petróleo e Gás na Bacia do Recôncavo

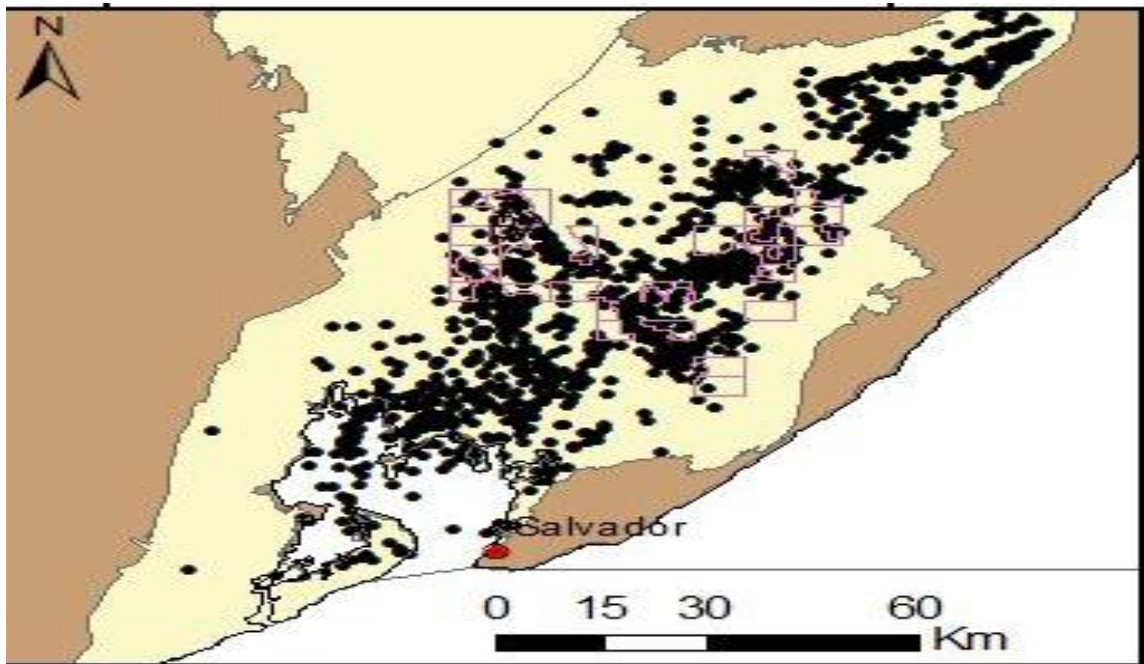
Produção em jun/17	Poços	Petróleo bpd	Gás m3/d
Alagoinhas	179	3.922	20.433
Araçás	111	3.091	158.717
Aramari	1	-	1.247
Camaçari	1	9	9.489
Candeias	79	1.393	371.947
Cardeal da Silva	49	889	17.720
Catu	93	2.711	33.138
Conde	2	61	118
Entre Rios	125	2.457	41.696
Esplanada	224	5.643	54.056
Inhambupe	1	0	2.216
Itanagra	17	237	13.906
Mata de São João	63	1.424	94.179
Pojuca	180	3.794	529.501
São Francisco do Conde	80	1.553	34.369
São Sebastião do Passé	160	3.057	229.554
Teodoro Sampaio	2	38	28
TOTAL	1.367	30.281	1.612.315

Fonte: ANP, 2018c

A Bacia do Recôncavo é uma bacia madura, o risco exploratório é menor devido ao tempo empenhado de trabalho e pesquisa desenvolvidos na região, exemplo disso são as quantidades de poços exploratórios na Bacia (MAPA 4) e as diversas linhas sísmicas que traçam o território (MAPA 5), no entanto são exigidas aplicações de tecnologias avançadas devido ao tempo de vida. Para tornar viável novamente a importância da revitalização dos campos petrolíferos baianos é importante que as mensurações dos valores dos óleos em potenciais sejam economicamente recuperadas em campos maduros. Afinal, a Bacia do Recôncavo é a mais prolífera de todas as bacias da história do Brasil.

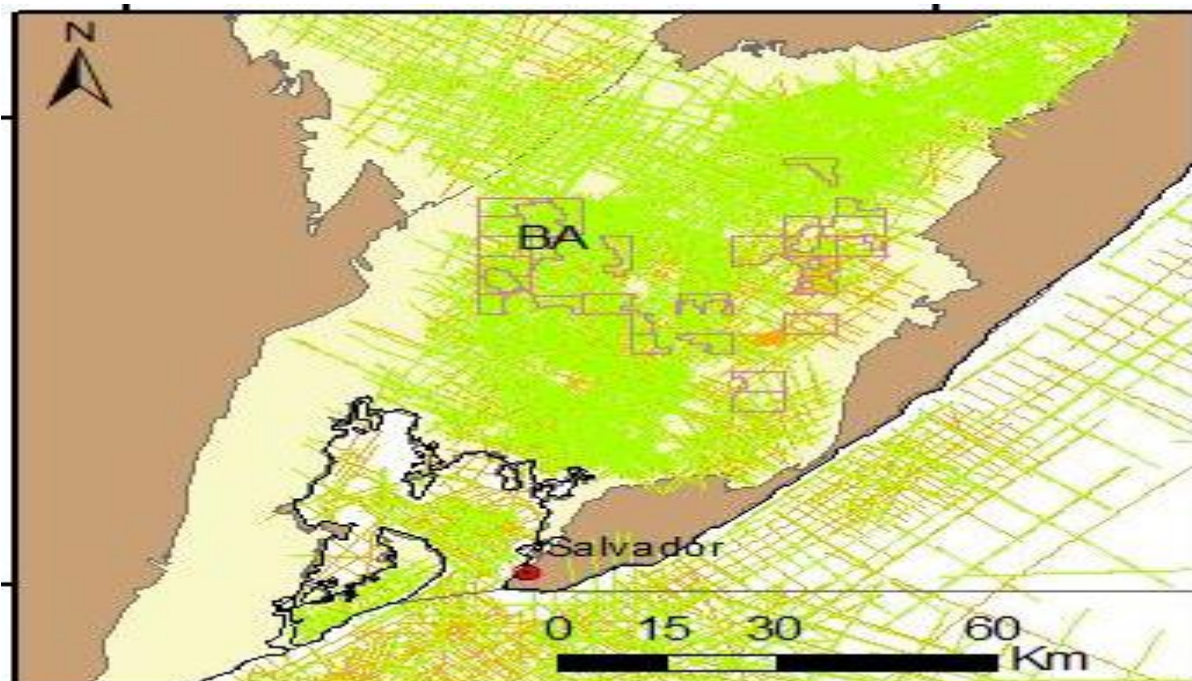
Totalizando uma área de 11.000 km². Ao longo do tempo foram gerados mais de 1.000 milhões de m³ de óleo e é esperado recuperar mais de 250 milhões de m³ com os métodos de recuperação. Nos últimos 60 anos, mais de 230 milhões de m³ foram produzidos. No maior campo da Bacia do Recôncavo, Água Clara, descoberto em 1951, localizado entre os municípios de Mata de São João e Catu. (ROCHA; SOUZA; CÂMARA, 2002, p. 6).

Mapa 4 – Poços exploratórios da Bacia do Recôncavo



Fonte: ANP, 2018

Mapa 5 – Linhas sísmicas da Bacia do Recôncavo

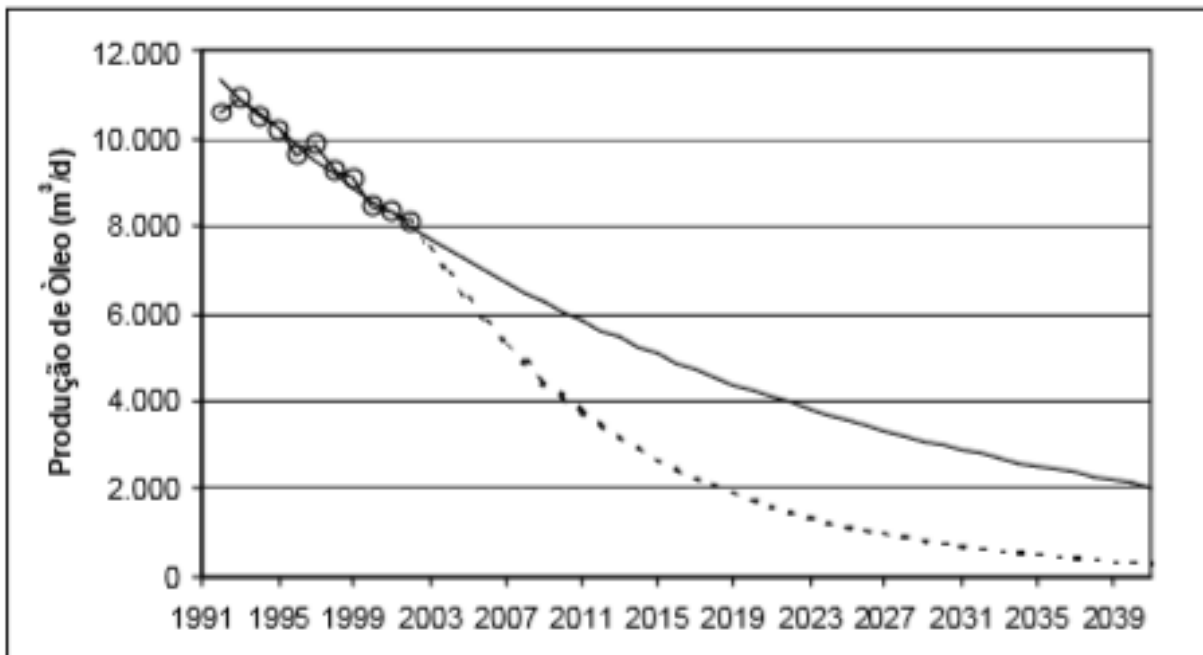


Fonte: ANP, 2018c

O Estado da Bahia possui um fator médio de recuperação de 25% do óleo descoberto (ROCHA; SOUZA; CÂMARA, 2002). Impondo custos crescentes de produção e um olhar atento e desafiador para um cenário diferente de baixo índice exploratório, sem inserção expressiva há 20 anos, a produção de óleo decrescente pela baixa produtividade dos poços produtores, além de uma produção crescente de fluidos como água e gás.

A perspectiva de recuperação do óleo na Bacia do Recôncavo é ilustrada no Gráfico 2 que mostra o histórico de produção de 1991 até 2001, logo depois uma previsão de 40 anos. Esse que mostra o histórico de produção de 1991 a 2001, a curva de declínio ajustada, a extrapolação da curva de declínio para os próximos 40 anos e uma previsão de produção em que a reserva provada é produzida em 40 anos. Neste último caso, o declínio é de cerca de 8,5 % ao ano e demonstra a queda de produção futura e o desgaste gerado ao longo dos tempos de produção.

Gráfico 2 - Histórico e previsão de produção de óleo para a Bacia do Recôncavo



Fonte: ROCHA, SOUZA, CÂMARA, 2002

Em avançado estágio exploratório, a tecnologia é importante para definir novas possibilidades estruturais. Sendo assim, é necessário também a presença de medidas que desenvolvam esse espaço já tão explorado, porém não inativo. Adoções de políticas que dinamizem a economia

local e mantenha presente a dinâmica do petróleo em uma região que foi o berço petrolífero do país.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM TERRA

A Lei de nº 12.351, de 2010, estabelece a obrigação do Poder Executivo de “regulamentar a política e medidas específicas visando ao aumento da participação das empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural no País”. (BRASIL, 2010). Em fevereiro de 2011, o Ministério de Minas e Energia (MME), realizou um seminário com participantes de empresas, associações da indústria, órgãos de governo, a ANP e o resultado desse encontro, foi o diagnóstico setorial para orientar as decisões governamentais do desenvolvimento e na sequência, a política e medidas específicas para aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte na exploração e produção de petróleo e gás natural.

Outra decisão foi determinar que a ANP realizasse rodadas de licitações anuais e que as mesmas, possuíssem interesse para o segmento de pequenas e médias operadoras, mediante oferta de áreas *onshore*. Em 2013, a ANP, realizou duas rodadas de licitações com oferta de blocos em bacias maduras e em 2015, a 13ª Roda de Licitações, oferecendo bacias maduras e também campos marginais. Para acompanhar esse processo foi criada a Coordenadoria de Campos Terrestres da ANP, em 2017, tendo como principal objetivo identificar oportunidades que estimulem atividade nos campos terrestres.

Em janeiro de 2017, o Programa de revitalização das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas terrestres (REATE) foi anunciado pelo Ministério de Minas e Energia, na cidade de Salvador com os seguintes objetivos (BRASIL, 2018f):

1. Revitalizar as atividades de E&P em áreas terrestres no território nacional
2. Estimular o desenvolvimento local e regional
3. Aumentar a competitividade da indústria petrolífera *onshore* do país.

Ao ser relacionado com a busca do desenvolvimento, o Programa REATE renova a perspectiva de atividade para os campos maduros da Bacia do Recôncavo. O programa pode contribuir para empregos e impulsionar o desenvolvimento local e regional. A pretendida regularidade de leilões de campos maduros e de novos blocos exploratórios pode intensificar

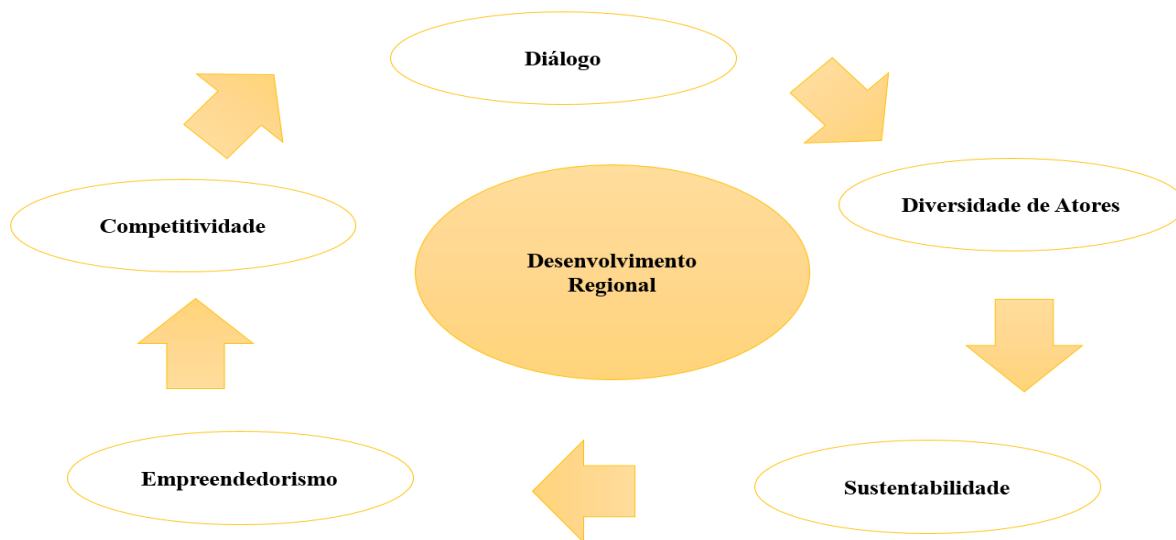
as atividades exploratórias e oferecer oportunidade para a atração de novas empresas para investimento no setor.

As condições de desenvolvimento e de estrutura existentes no território são fruto de um longo período de produção sob monopólio. A lei de número 9.478, em 6 de agosto de 1997, comumente chamada de Lei do Petróleo, revogou a lei 2004 de 3 de outubro de 1953, extinguindo o monopólio estatal do petróleo nas atividades relacionadas à produção, exploração, refino, transporte e permitindo a presença de outras empresas, desde que essas sejam constituídas sob as leis brasileiras e com sede no Brasil. A lei criou também a Agência Nacional do Petróleo (ANP), para atuar como órgão regulador do setor petróleo, sendo responsável, entre outras atribuições, pelas diretrizes para a participação do setor privado na pesquisa, exploração, refino, exportação de petróleo e derivados (BRITO, 2008).

No presente momento, quase todos os ativos em operação na Bacia do Recôncavo estão sob concessão da Petrobras. Dos 89 contratos de produção ativos atualmente existentes, 73 são da Petrobras, e 16 estão distribuídos entre 10 outros operadores. A empresa Nova Petróleo, com quatro contratos, é a operadora privada que mais contratos de produção possui. Observa-se o contrário nos contratos de exploração, isto é, participação decrescente da Petrobras, e interesse crescente de operadoras privadas. Dos 113 contratos exploratórios vigentes na Bacia do Recôncavo, apenas 23 são da Petrobras. Entre as 19 operadoras privadas com contratos ativos de exploração, destacam-se a petroleira Alvopetro, com 16 contratos, e a GDF Suez, com 10 contratos (ANP, 2018c).

O estímulo para novos investimentos pode dinamizar a economia local ao permitir maior diversidade de operadores e fornecedores.

Figura 1 – Dinâmica do Programa REATE



Fonte: BRASIL, 2017

A perspectiva trazida pelo Programa REATE para os campos maduros baianos são positivas. No entanto permanece o desafio de reverter o quadro de estagnação que se configurou sob monopólio. Qualquer ação transformadora que se pretenda na atividade petroleira no Recôncavo está fortemente condicionada pela estrutura de produção que se instalou durante o período de exclusividade da Petrobras. Tanto a participação de operadores de menor porte, quanto eventuais medidas que favoreçam o desenvolvimento econômico local que serão construídas, em grande medida, a partir dos campos produtores da Petrobras, inclusive sua estrutura para transporte, tratamento, e comercialização da produção.

Para permitir que o país possa desenvolver todas as potencialidades do petróleo é necessário que tenhamos claramente qual a composição do mercado brasileiro para atender o objetivo. A situação ideal é aquela que se constitui de um modelo com a participação e coexistência de agentes que se complementam e que se constitui de: uma grande empresa estatal, que no caso é a PETROBRAS; algumas grandes empresas privadas, para grandes projetos e bacias de fronteiras exploratórias. O país já dispõe de mais de 30 delas instaladas e operando e diversas pequenas e médias empresas nacionais que se ocupariam de projetos com acumulação marginal, principalmente em campos terrestres e maduros com acumulação marginal. Estas Empresas ainda são em número muito reduzido no país. (ANABAL 2006, p. 140).

A retomada da produção de petróleo em terra é peculiar, dado que a produção terrestre no Brasil é pequena e pouco eficiente: 95% do petróleo brasileiro é produzido no mar, através de 732 poços, enquanto que os 5% produzido em terra necessitam mais de 7 mil poços (ANP, 2018c). Não se trata, portanto, de promover aumento de impacto na produção brasileira de petróleo, ainda que se obtenha um ganho expressivo nos campos terrestres. Trata-se, sim, de

atender a dois outros objetivos, também importantes, e explicitados na formulação da política setorial. Primeiro, estimular maior participação de médias e pequenas empresas na produção de petróleo e; segundo contribuir para o desenvolvimento econômico local das regiões onde ocorre a produção de petróleo em terra.

5 O REFERENCIAL TEÓRICO: HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL

De acordo com a visão da CEPAL, o processo de desenvolvimento encontra-se condicionado pela forma como se configura espacialmente o processo mundial de reprodução do capital. No espaço mundial haveria, por um lado, países ditos “centrais”, que produzem e comerciam bens manufaturados de alto valor agregado. Haveria, por outro lado, países ditos “periféricos”, que produzem e comerciam produtos primários, com baixo valor agregado. O comércio mundial entre esses grupos funciona de modo a perpetuar ou aprofundar a diferença de renda e de nível de desenvolvimento, em benefício dos países centrais e em detrimento dos países periféricos. A causa da crescente distância em condições de desenvolvimento estaria na diferença entre as elasticidades-renda dos produtos primários e produtos industrializados. À medida que aumenta o poder aquisitivo da população, a demanda por produtos manufaturados aumenta proporcionalmente mais do que a demanda por produtos primários. Daí decorre, inevitavelmente, a deterioração secular dos termos de troca em desfavor dos países periféricos. Aprofunda-se dessa forma a vulnerabilidade externa, expressa no déficit de transações correntes. Torna-se mais e mais inviável a geração dos excedentes necessários para investimentos que aumentariam a produtividade e, portanto, o padrão de vida dos países periféricos.

A condição de estrutura centro-periferia faz com que a os excedentes de comércio se concentrem cada vez mais no centro, e que a periferia tenha excedentes cada vez menores para investir em tecnologias que pudessem reduzir a diferença de produtividade com o centro. Com isso perpetua-se uma grande disparidade de produtividade dentro das economias periféricas, comparada à produtividade relativamente homogênea dentro das economias centrais. A heterogeneidade nas economias periféricas consiste na coexistência de setores com alta produtividade (vinculados à exportação de commodities primárias), com setores de baixa produtividade (vinculados ao suprimento do mercado doméstico).

A heterogeneidade estrutural é, portanto, uma das características definidoras da condição dos países periféricos ou “em desenvolvimento”, e se refere ao desequilíbrio que apresentam no crescimento setorial, nos fatores produtivos, nos modos de produção e na distribuição de renda (CHENA, 2010).

A heterogeneidade por si não é o fato diferenciador. Nos países centrais também há diferenças de produtividade entre setores de atividade, mas estas são superadas de modo gradual e “automático” à medida que os setores de menor produtividade atraem investimentos (pela perspectiva de maior produtividade do capital), e assim promovem a realocação de capital, até que a taxa de lucro se iguale aos demais setores. Com isso a diferença é amenizada ao longo do tempo, entretanto vale lembrar que é um movimento de tendência e nunca para, o que realmente influencia é o abismo entre essas diferenças. Nos espaços periféricos dá-se o contrário: a heterogeneidade tende a se perpetuar ou mesmo aprofundar-se por motivos econômicos e sociais.

5.1 A HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL E PRODUTIVA

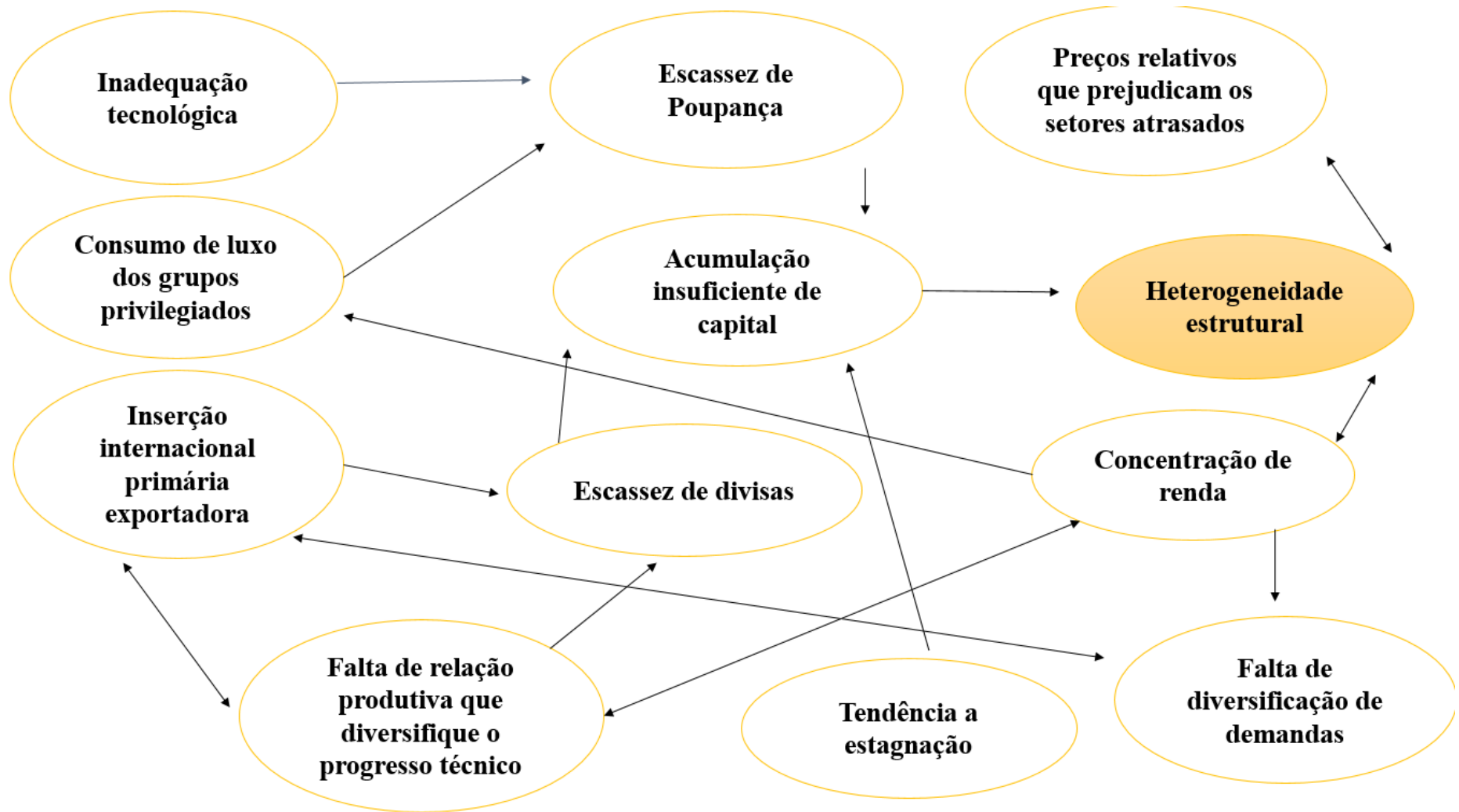
A análise que relaciona pobreza e a desigualdade na distribuição com o aumento das disparidades de produtividade e remuneração do trabalho entre pessoas, setores e regiões surgiu na CEPAL. Assim, originou-se o conceito de heterogeneidade estrutural, interpretado como resultado das condições históricas herdadas e da evolução natural do mercado de trabalho. Seu argumento central é que, em detrimento do trabalhador, a oferta abundante de mão de obra é acompanhada por uma lenta expansão da demanda, esta última devido à baixa taxa de crescimento dos investimentos e ao predomínio de uma alta intensidade de capital (BIELSCHOWSKY, 2009).

O conceito da heterogeneidade estrutural é desenvolvido nos anos sessenta, resultado da tentativa sempre pulsante em diferenciar o estruturalismo latino americano das estruturas sociais centrais. A primeira vez que esse conceito foi formalizado por Aníbal Pinto, foi em termos de diferencial da produtividade do trabalho. O objetivo era identificar de modo estrutural o estágio histórico de industrialização por meio da substituição de importações, localizada em uma extremidade estavam as economias da região em fase de exportação primária, com setor de economia baseado na subsistência e do outro lado, as economias centrais e exportadoras de manufaturados, alta tecnologia, produtividade, altos salários, escassez de mão de trabalho. (CHENA, 2010).

De acordo com o referencial teórico estruturalista adotado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a heterogeneidade estrutural decorre da dificuldade de disseminar o progresso técnico a partir de um segmento de alta produtividade. A inserção dos países periféricos na economia mundial se dá de forma a produzir grande heterogeneidade na

produtividade dos diferentes segmentos, o que resulta numa estrutura social desigual, sendo essas características difíceis de serem superadas. Na Figura 2, a seguir, se apresenta as relações de causas e efeitos que produzem a heterogeneidade estrutural, conforme o estruturalismo Latino-Americano e que fundamentam o presente conceito.

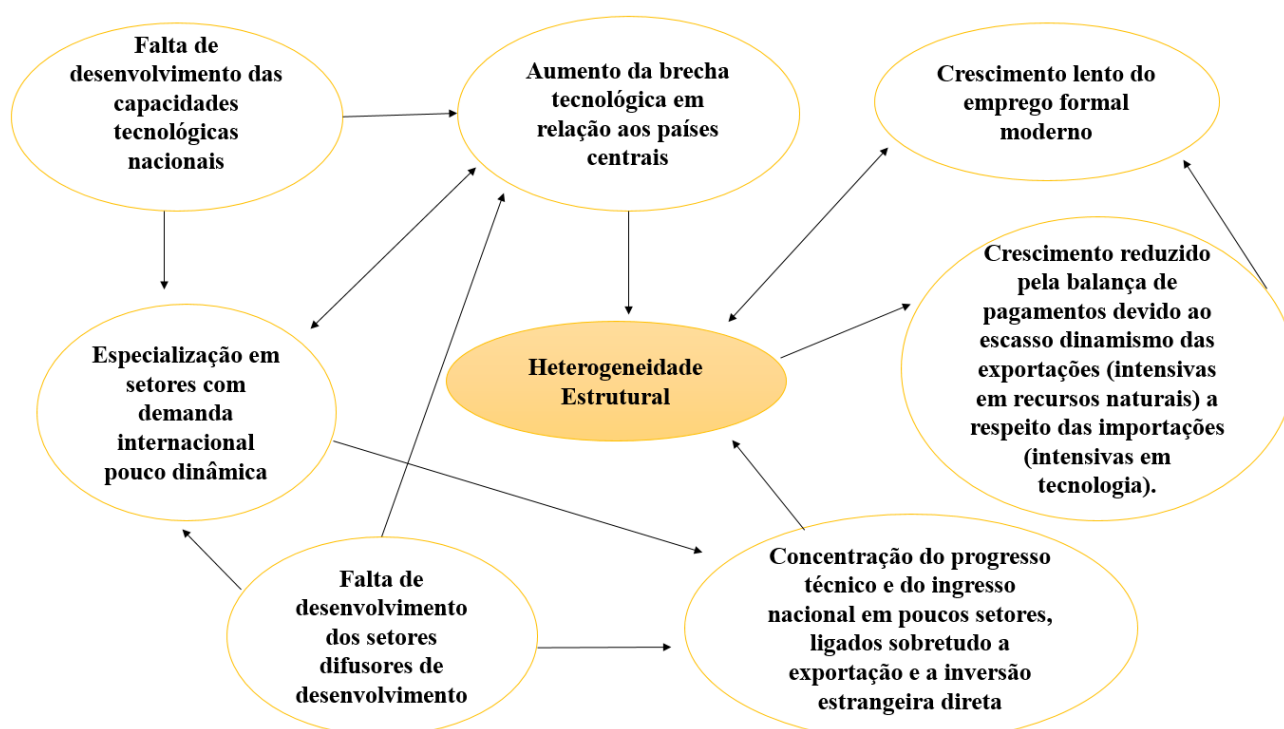
Figura 2 – Relações de causas e efeitos da heterogeneidade estrutural segundo o estruturalismo Latino Americano



Fonte: CHENA, 2010

A heterogeneidade estrutural é uma condição decorrente da diferença de produtividade e está associada a concentração de renda, falta de diversificação de demanda, escassez de divisas, inadequação tecnológica, inserção internacional primária exportadora. Decorre dos diferenciais na produtividade entre os setores ou os ramos de atividade e também entre os tamanhos da empresa (CHENA, 2010).

Figura 3 – Relações de causa e efeitos da heterogeneidade estrutural e o neoestruturalismo latino americano



Fonte: CHENA, 2010

Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. A raiz do subdesenvolvimento reside na desarticulação entre esses dois processos causados pela modernização. (FURTADO, 2014, p. 5).

A heterogeneidade estrutural é um conceito territorial e uma análise de duas estruturas polares, que se perpetuam de maneira endógena ao longo do tempo. O mundo subjacente aos conflitos e opções políticas é um mundo de mudanças estruturais, assimetrias e processos endógenos de divergência, como descrito pelo estruturalismo. Por conta disso que esta corrente de pensamento continua sendo um quadro analítico eficaz para compreender a dinâmica do desenvolvimento.

6 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

No âmbito brasileiro, o efeito da produção de petróleo sobre a renda e a qualidade de vida nos municípios é objeto de muitos trabalhos. Postali (2002), constata a presença da maldição dos recursos naturais nos municípios brasileiros beneficiados por royalties de petróleo, além de trazer evidência de que a produção de petróleo e seus royalties não contribuem de forma positiva na oferta de serviços públicos no nível de municípios, menos ainda de renda.

Postali e Nishijima (2008), analisam o retorno social dos royalties do petróleo nos municípios brasileiros. Ao realizar considerações teóricas sobre origem dos royalties, acrescentando a dimensão temporal relatando ainda o esforço inicial para relacionar renda de recurso não-renovável e bem-estar da população que requer que a renda mineral seja investida em capital reprodutível, diversificar a capacidade produtiva da economia, e em capital humano.

O modelo estimado no trabalho investiga condições sociais através da variação de: analfabetismo, linha de indigência, acesso à energia elétrica, IDH, mortalidade infantil, e índice de Gini. A distribuição de royalties revela-se muito assimétrica na análise, com uma média per capita é R\$ 36,80 e a mediana é R\$ 0,52. De 796 municípios que recebem royalties, apenas 112 recebem acima da média.

Postali e Nishijima (2008), afirmam também que a redução do analfabetismo foi significativamente maior nos municípios contemplados com royalties. Já o acesso à energia elétrica e o IDH pioraram nos municípios receptores de royalties. A análise não investiga em mais detalhes as possíveis causas desse resultado aparentemente contraditório. Vale ressaltar que o artigo explicita que os dados são para 1991, 1996 e 2000 e que nem todos os indicadores apresentaram evolução melhor do que a média nacional e que para alguns, inclusive, o efeito marginal dos royalties foi negativo.

Costa Nova (2005) avalia o efeito da receita de petróleo, comparando se a evolução de bem-estar social em quatro municípios baianos produtores de petróleo; São Francisco do Conde; Madre de Deus; Pojuca e São Sebastião do Passé; foi maior que nos demais municípios baianos no período de 1991-2003. Como conclusão, há resultados que apesar da condição fiscal privilegiada, não houve evolução social maior do que nos demais municípios em relação à saúde e educação. Nota-se casos que a melhora de condições nos municípios

petroleiros foi inferior ao observado nos demais e com base nos resultados da pesquisa não existem indícios de que a receita maior de royalties se traduza em melhores condições sociais.

O termo “doença holandesa” batizado pela revista *The Economist* (1997), teve como lugar de origem a Holanda e foi motivado pela descoberta de reserva de gás natural, na década de 1960. Resultando em apreciação cambial real, queda das exportações dos produtos manufaturados e acima de tudo, desindustrialização. As conclusões são que a Doença Holandesa caminha para dois fatos estilizados e são sustentadas pela teoria como princípios: (i) a maldição dos recursos naturais ocorre em economias com fraco arranjo institucional e (ii) tem mais chance de ocorrer onde commodities são produzidos em áreas geograficamente concentradas (DEACON; RODE, 2015; SINNOTT *et al.*, 2010 *apud* SILVA, 2016, p. 42).

Piquet (2007) define as áreas produtoras de petróleo e gás como “campos de fluxos, onde se articulam sofisticadas redes de unidades industriais, portos, dutos, aeroportos, bens, homens e informações e cuja localização se dá por determinação da natureza” (onde estão as jazidas). Entretanto, esses campos não são inspirados pela promoção do desenvolvimento regional, estando antes destinados a cumprir metas globais e/ou nacionais de desenvolvimento. Tampouco parecem orientados por outras formas de desenvolvimento (bem-estar, sustentabilidade ambiental, participação local e defesa da identidade cultural). (HERCULANO, 2008).

6.1 A HETEROGENEIDADE DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO RECÔNCAVO

Os 30 municípios da área em estudo se distribuem por todas as cinco categorias de desenvolvimento adotadas no estudo “*Pobreza na Bahia em 2010*”, feito pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2014) para nível de catalogação e de planejamento. Conforme se pode observar (QUADRO 2), há 14 municípios na categoria (A) de pobreza menos crítica, que são aqueles municípios no entorno da Baía de Todos os Santos e da Região Metropolitana de Salvador. Há outros seis na categoria (D), situados ao norte da bacia sedimentar, com menor incidência relativa de agricultura familiar, e com alguma atividade industrial e de serviços.

Quadro 2 - Classificação socioeconômica dos municípios da Bacia do Recôncavo

Categorização da pobreza	Municípios
A	Alagoinhas *, Camaçari*, Candeias*, Catu*, Conceição do Jacuípe, Dias D'Avila, Lauro de Freitas, Mata de São Joao*, Pojuca*, Salvador, Santo Amaro, São Francisco do Conde*, São Sebastião do Passé* e Simões Filho
B	Itanagra*
C	Coração de Maria, Pedrão, Teodoro Sampaio* e Terranova
D	Acajutiba, Aporá, Cardeal da Silva*, Conde*, Esplanada*, Inhambupe* e Rio Real
E	Amelia Rodrigues, Araças*, Aramari* e Entre Rios*

Fonte: Elaboração própria, 2018, com base nos dados da SEI, 2014

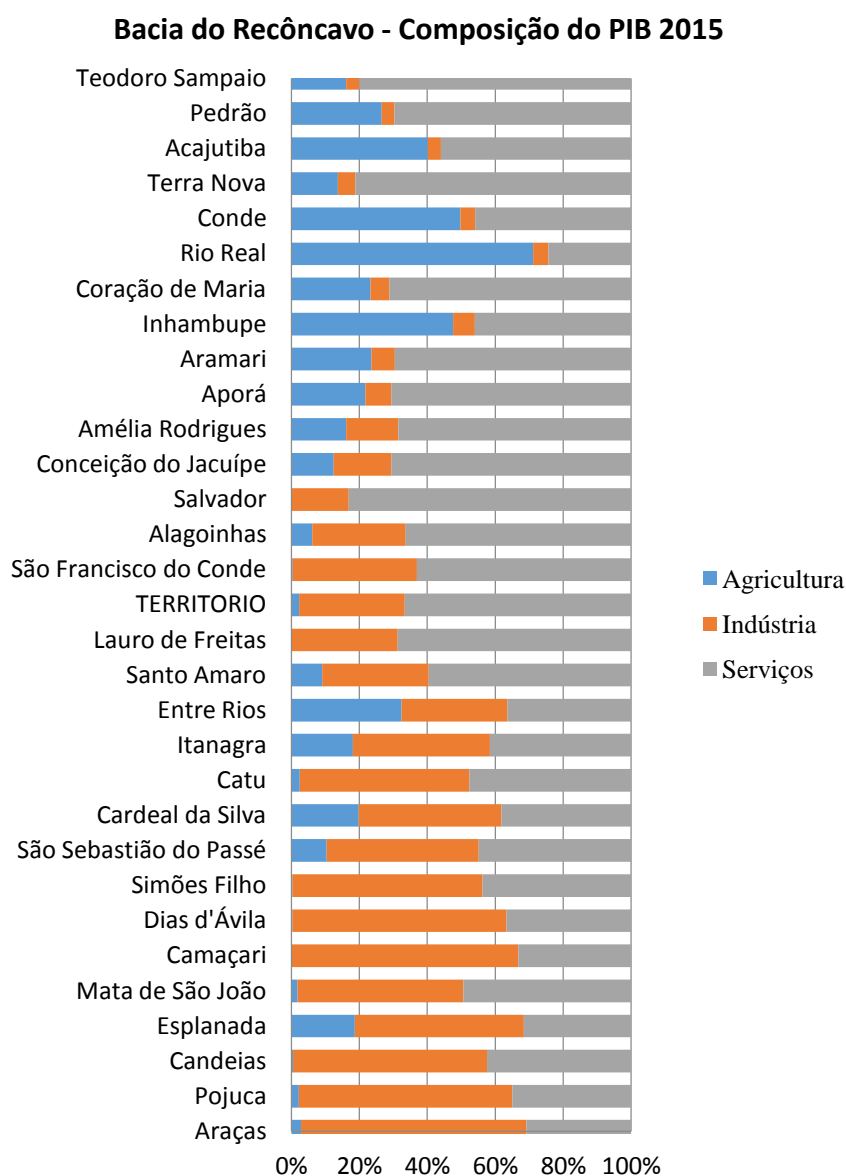
(*) Município produtor

Há quatro municípios na categoria (C), situados na parte oeste da bacia sedimentar, de forte base agrícola e pecuária, com diversas escalas de cultivo e modos de produção. Há quatro municípios na categoria (E), localizados principalmente na porção central da bacia sedimentar, que se caracterizam por alta dependência da despesa pública, embora relevantes na produção de agrícola. Finalmente, há o município de Itanagra, na categoria (B), também na porção central da bacia sedimentar, onde se observa a condição mais aguda de fragilidade econômica, com alto analfabetismo, baixa inserção produtiva, alta dependência de programas de transferência de renda, e tendo no poder público o principal ou único elemento dinâmico na economia.

Uma análise simples pode ser feita combinando a classificação socioeconômica do Quadro 3 com outros indicadores da condição de desenvolvimento. Observa-se que, entre os 17 municípios produtores de petróleo, existe a mesma diversidade da condição econômica presente na totalidade do território da Bacia do Recôncavo. Assim, há municípios produtores tanto nos grupos mais afluentes quanto nos mais pobres. O grupo A (mais afluente) é igualmente dividido entre municípios produtores e não-produtores. Por outro lado, o único município incluído no grupo B (mais pobre) é produtor de petróleo. Ou seja, não há na distribuição desses indicadores nenhuma associação aparente entre a condição de desenvolvimento e o fato de existir ou não produção de petróleo dentro do município.

A presença da heterogeneidade nos municípios da Bacia do Recôncavo é revelada também na composição do Produto Interno Bruto (PIB). Observa-se que a manifestação da heterogeneidade se dá em dimensão intrassetorial e distintos entre si.

Gráfico 3 – Composição do PIB e Produção de Petróleo na Bacia do Recôncavo



Fonte: Elaboração própria, 2018, com base nos dados da SEI, 2018c

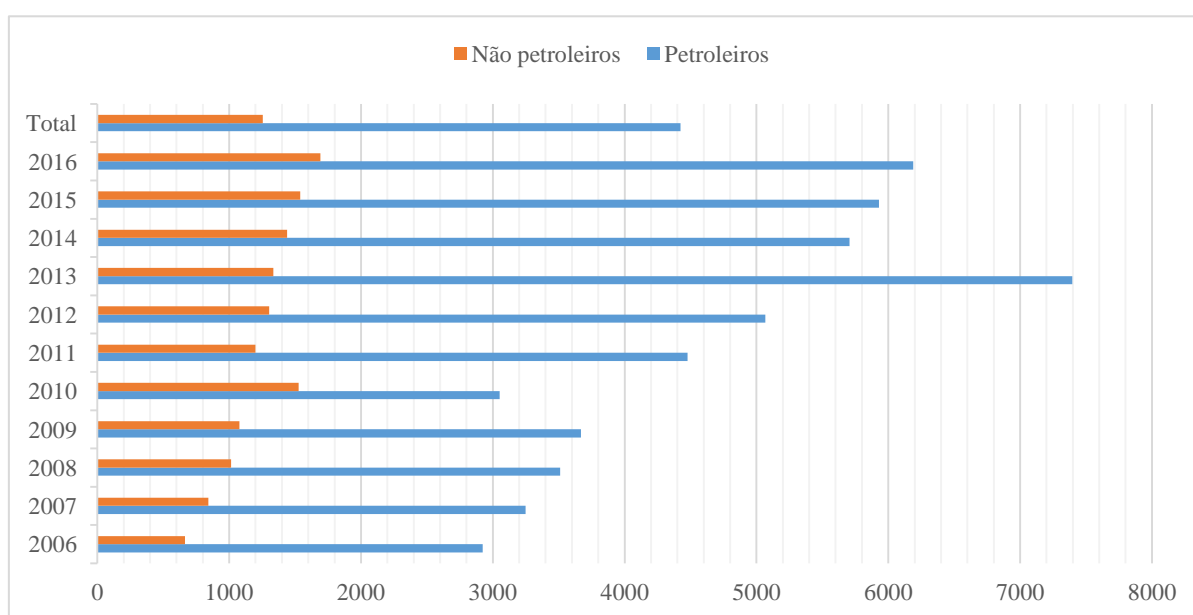
Considerando-se que setor industrial é em geral, o de maior produtividade, a participação da indústria no PIB é um indicador auxiliar na identificação da heterogeneidade estrutural. Conforme se observa no gráfico acima que apresenta a composição do PIB para esses do ano de 2015.

6.2 SALÁRIOS

A heterogeneidade estrutural se manifesta claramente nos rendimentos. Os trabalhadores ligados às atividades petroleiras têm, em média, maior escolaridade e recebem salários maiores. Segundo Mata e Santos (2016), esses trabalhadores possuem, em média, aproximadamente 12,2 anos de estudo. O trabalhador(a) do setor petrolífero concluiu pelo menos o colegial, enquanto que para os demais setores, a média de anos de estudo é de apenas 8,5, bem menor que a dos empregados na extração e processamento de petróleo. O estudo revela que os empregados do setor petróleo a nível nacional ganham cerca de três vezes mais quando comparados aos dos outros setores revelando disparidade e concentração de renda nos territórios onde se instala esse tipo de atividade.

Para ilustrar a diferença salarial dos trabalhadores petroleiros e não petroleiros na Bacia do Recôncavo foi realizado a pesquisa desses rendimentos nominais dos anos 2006 até 2016 na base RAIS Vínculos de três municípios produtores da Bacia Sedimentar do Recôncavo, são eles: Catu, Itanagra e Entre Rios. A escolha foi feita mediante o posicionamento destes municípios na análise de Pobreza da SEI, os mesmos pertencem a categoria B, C e E, respectivamente.

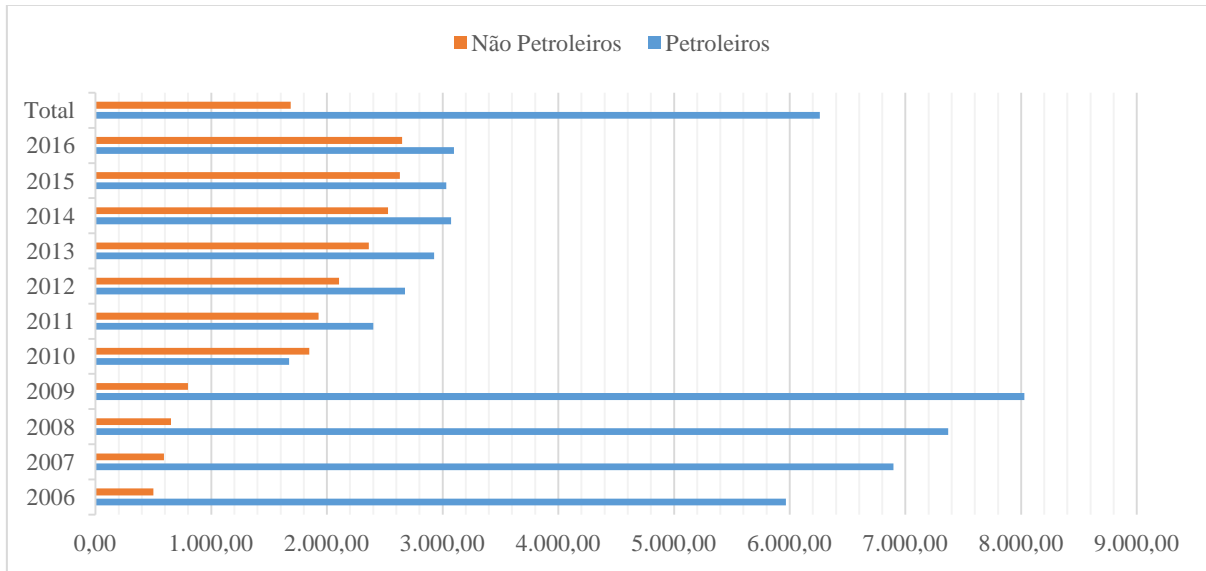
Gráfico 4 – Rendimento Nominal de ocupação do setor petróleo ou não no município de Catu



Fonte: Elaboração própria, 2018, com base nos de BRASIL, 2018g

O observado para o município de Catu é uma diferença 77,89% dos rendimentos da população ocupada no setor petrolífero para os que não são enquadrados nessa categoria. Ou seja, há manifestação evidente de heterogeneidade.

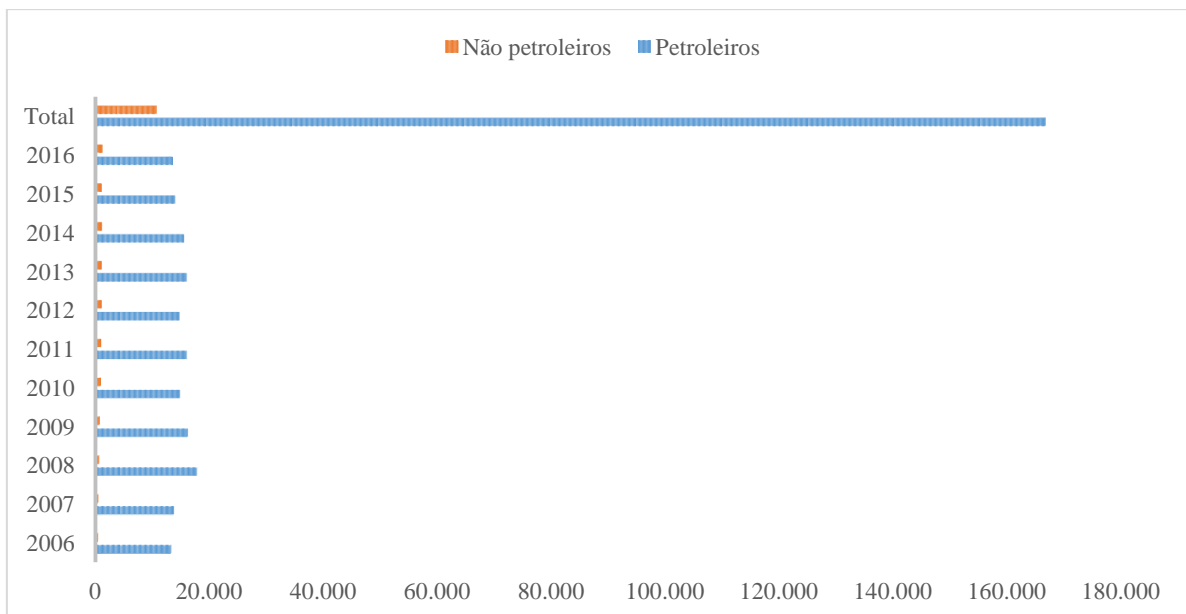
Gráfico 5 – Rendimento Nominal de ocupação do setor petróleo ou não no município de Entre Rios



Fonte: Elaboração própria, 2018, com base nos dados de BRASIL, 2018g

Para o município de Entre Rios, o rendimento total dos petroleiros em relação aos que não são ocupados nessas áreas é 78,76% superior.

Gráfico 6 – Rendimento Nominal de ocupação do setor petróleo ou não no município de Itanagra



Fonte: Elaboração própria, 2018, com base nos dados de BRASIL, 2018g

O município de Itanagra está localizado no último quartil do ranking de municípios nacionais das cidades mais desenvolvidas e ricas dos estados da Bahia (ANABAL, 2006). Com rendimentos 99,4% maiores que os não petroleiros, a cidade destaca-se por esse diferencial.

Um bom exemplo da contribuição para a renda do município do programa de revitalização de campos maduros é o município de Itanagra no estado da Bahia, pois sua receita de royalties é oriunda basicamente do campo de Sesmaria. Neste campo, o volume de produção duplicou decorridos 2 anos do início do programa de revitalização e que gerou um aumento expressivo de receita para aquele município. (ANABAL, 2006, p. 91).

A presença do setor petrolífero nos municípios produtores está associada à heterogeneidade estrutural expressa no diferencial dos rendimentos dos trabalhadores do território.

6.3 OUTROS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

A potência econômica local dada pelo petróleo para essas localidades vem acompanhada da pobreza e degradação urbana. Esses são os “desafios da abundância” referidos por Piquet (2007), e a Bacia do Recôncavo é um exemplo disso. Postali e Nishijima (2008) mostram que as rendas do petróleo não produzem melhorias significativa nos indicadores sociais de saúde e educação em todo o território nacional. Costa Nova (2005) analisa diversos indicadores sociais de alguns municípios baianos que receberam valores expressivos de royalties, concluindo que, apesar da relativa folga orçamentária, não aumentaram de forma significativa a qualidade de seus indicadores sociais quando comparados com municípios que não têm direito a estes recursos.

A expressividade dos recursos advindos da atividade petrolífera e o forte impacto nas finanças de algumas prefeituras despertam preocupações quanto ao uso eficiente destas rendas. Como a legislação procura nortear e restringir a aplicação destes recursos, evitando que se destinem ao pagamento de dívidas e da folha salarial, espera-se que esses recursos sejam aplicados na melhoria das condições sociais e da infraestrutura dos municípios beneficiados. Uma das grandes preocupações, provenientes da literatura sobre a maldição dos recursos naturais, é o uso ineficiente de tais rendas, comprometendo o bem-estar futuro destas populações. No limite, tais recursos podem dar margem ao desperdício e até mesmo à corrupção [...]. (MEHLUM *et al.*, 2006 *apud* POSTALI; NISHIJIMA, 2009, p. 11).

Para investigar adicionalmente a condição de desenvolvimento dos municípios da Bacia do Recôncavo, utilizou-se o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, desenvolvido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um indicador composto que agrega diversos indicadores sociais. Apresenta-se aqui para os municípios que compõem a Bacia do Recôncavo. O IFDM é calculado a partir da média aritmética simples de três componentes relativos a indicadores de Educação, Saúde e Emprego e Renda. O índice é

normalizado, de modo que variação do IFDM está entre 0 e 1: quanto mais próximo da unidade, maior o grau de desenvolvimento social do município. (POSTALI; NIJISHIMA, 2009).

Quadro 3 – Composição do índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal IFDM

Índice	Composição	Fonte
IFDM - Educação	Taxa de Matrícula na Educação Infantil; Taxa de Abandono; Taxa de Distorção Idade-Série; Percentual de Docentes com Ensino Superior; Média de Horas-Aula Diárias; Resultado do IDEB.	Ministério da Educação
IFDM - Saúde	Número de Consultas Pré-Natal; Taxa de óbitos Infantis por Causas Evitáveis; Taxa de Óbitos Infantis por Causas Maldefinidas.	Ministério da Saúde
IFDM – Emprego e Renda	Geração de Emprego Formal; Estoque de Emprego Formal; Salários Médios no Emprego Formal.	Ministério do Trabalho e Emprego.
IFDM	Média Aritmética dos três indicadores.	

Fonte: FIRJAN, 2010

O resultado apresentado na Tabela 6 e 7 confirma os resultados da literatura especializada. Não se observa grande diferença nos índices analisados de IFDM entre os municípios produtores e os não produtores de petróleo. No ano de 2010, os municípios não produtores apresentaram índices melhores do que os não produtores. Observa-se, portanto, que a presença do petróleo não necessariamente indica reflexos positivos nos índices socioeconômicos.

Tabela 6 – IFDM dos municípios produtores

Municípios	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Alagoinhas	0.6662	0.7034	0.7025	0.6907	0.6872	0.6341	0.6683
Araças	0.5608	0.5433	0.5644	0.5665	0.5429	0.5315	0.5420
Aramari	0.5578	0.5719	0.5897	0.5800	0.6056	0.6014	0.5859
Camaçari	0.6787	0.7323	0.7259	0.7311	0.7068	0.6941	0.6880
Candeias	0.6607	0.6664	0.6684	0.6509	0.6023	0.6344	0.6381
Cardeal da Silva	0.4913	0.4530	0.4722	0.5798	0.6267	0.6288	0.5183
Catu	0.5801	0.6449	0.6796	0.6053	0.6427	0.63139	0.6003
Conde	0.5653	0.5862	0.6034	0.5925	0.5566	0.5177	0.5894
Entre Rios	0.5560	0.5635	0.5353	0.5557	0.5298	0.4857	0.5037
Esplanada	0.4597	0.4705	0.4929	0.5781	0.5474	0.5411	0.5103
Inhambupe	0.4504	0.4744	0.4868	0.5065	0.4945	0.4649	0.4844
Itanagra	0.4934	0.4951	0.5398	0.4923	0.4737	0.4719	0.5108
Mata de São João	0.6464	0.6653	0.7076	0.7605	0.7607	0.7765	0.7454
Pojuca	0.6776	0.6840	0.7043	0.6699	0.6939	0.6010	0.5857
São Francisco do Conde	0.6943	0.7304	0.6964	0.6476	0.6716	0.6964	0.6974
São Sebastião do Passé	0.5909	0.6048	0.6876	0.6082	0.6258	0.6370	0.6113
Teodoro Sampaio	0.5211	0.5246	0.5147	0.5634	0.5053	0.4993	0.6046
Média	0.58	0.59	0.61	0.61	0.60	0.59	0.59

Fonte: Elaboração própria, 2018, com base nos dados do FIRJAN, 2010

Tabela 7 – IFDM dos municípios não produtores

Municípios	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Conceição de Jacuípe	0.6548	0.6363	0.6273	0.6281	0.6387	0.6296	0.6303
Dias D'ávila	0.6667	0.6469	0.6690	0.5997	0.6526	0.6683	0.6491
Lauro de Freitas	0.7678	0.7680	0.7523	0.7635	0.7708	0.7207	0.7725
Salvador	0.7256	0.7327	0.7187	0.7290	0.7445	0.7284	0.7312
Santo Amaro	0.5718	0.6004	0.6072	0.5982	0.6083	0.5686	0.6159
Simões Filho	0.6905	0.7126	0.7070	0.7069	0.6991	0.6663	0.6766
Coração de Maria	0.4624	0.4628	0.4775	0.5171	0.5071	0.5141	0.5777
Pedrão	0.5436	0.5561	0.5328	0.5080	0.5938	0.5443	0.5786
Terra Nova	0.6338	0.6459	0.6228	0.6094	0.5940	0.5916	0.6531
Acajutiba	0.5117	0.4763	0.4130	0.4906	0.5892	0.5604	0.5103
Aporá	0.3906	0.4193	0.5055	0.5492	0.5622	0.5189	0.5846
Rio Real	0.5449	0.52269	0.5238	0.5703	0.5360	0.5178	0.4920
Amélia Rodrigues	0.5635	0.6378	0.6663	0.6573	0.5844	0.5465	0.5916
Média com SSA	0.59	0.60	0.60	0.61	0.60	0.59	0.62
Média sem SSA	0.58	0.59	0.59	0.59	0.59	0.58	0.61

Fonte: Elaboração própria, 2018, com base nos dados do FIRJAN, 2010

Adicionalmente a essa classificação sintética, apresenta-se a diversidade socioeconômica também através de indicadores simples das condições de saúde, emprego, educação. Os municípios da Bacia do Recôncavo foram agrupados em produtores e não-produtores de petróleo. Além disso, estabeleceu-se também o grupo de não-produtores exclusive o município de Salvador que, pelo seu grande porte de capital do estado, distorce os valores médios dos indicadores.

Tabela 8 – Indicadores de renda e educação dos municípios da Bacia do Recôncavo (2010)

Indicadores	Produtores	Não produtores	Não produtores (Sem Salvador)
População	846.328	3.248.333	572.677
Renda per capita	R\$ 492	R\$ 891	R\$ 585
% Alfabetizados 18 a 24 anos	97%	98%	97%
% População Bolsa família	38%	24%	40%

Fonte: Elaboração própria, 2018, com base nos dados da SEI, 2018a

Constata-se claramente que a presença de atividade de extração de petróleo não implica em níveis de renda per capita mais altos, nem necessariamente em melhores condições de educação no município. Pelo contrário, observa-se que a renda média dos municípios onde não ocorre produção de petróleo é significativamente maior do que nos municípios petroleiros. A renda média per capita é 19% maior nos municípios não-produtores, mesmo quando se exclui o município de Salvador. O nível de alfabetização da população de 18 a 24 anos apresenta-se uniforme, em torno de 97%, entre os agrupamentos, o nível de alfabetização do responsável pelo domicílio é ligeiramente maior nos municípios não produtores (85% versus 83%). O indicador de pobreza extrema (dependência do Bolsa Família) é o único em que os municípios produtores mostram condição ligeiramente melhor (38% versus 40%), praticamente em condição de igualdade com os não-produtores (excetuando Salvador).

6.4 EMPREGO

Esperava-se a reativação das atividades de exploração a partir da 11ª Rodada de licitação da ANP em maio de 2013, e da 12ª Rodada em novembro de 2013, mas essa expectativa não se realizou, frustrando quem contava com o aumento de levantamentos sísmicos em 2014 e com o crescimento da perfuração exploratória em 2016. Nas bacias terrestres da Bahia não houve

qualquer atividade de perfuração em terra em 2016, deixando ociosa uma frota de 30 sondas de perfuração.

Essa realidade reflete-se também no comportamento do mercado de trabalho, medido pelo número de vínculos de emprego ativos ao final de cada ano registrados na base RAIS (GRÁFICO 5). A separação entre a Petrobras e “Outras Empresas” foi feita com aplicação de filtro para o número de empregados. Adotou-se o ponto de corte em empresas com menos de mil empregados, sendo a Petrobras a única na região com mais de mil empregados. De modo geral, observa-se que a categoria “Outras Empresas” oferece maior número de postos de trabalho na região do que na Petrobras.

Gráfico 7 – Ocupação petroleira na Bacia do Recôncavo



Fonte: Elaboração própria, 2018, com base nos dados de BRASIL, 2018g

A experiência colhida até o momento mostra a importância da venda dos ativos da Petrobras para dinamizar a produção de petróleo na Bacia do Recôncavo. A simples oferta de áreas em licitação não teve, até o momento, o poder de gerar o dinamismo econômico pretendido pela estratégia de Estado. Será necessário ir além e atuar mais detalhadamente sobre os fatores que condicionam a economicidade da produção em áreas terrestres por pequenas e médias petroleiras.

6.5 SEGURANÇA

Ribeiro (2016), traça uma outra análise que apresenta o papel do contexto político e institucional no mecanismo de transmissão dos efeitos da extração e produção de petróleo no bem-estar das cidades e na sua população. Expõe através de uma análise dos efeitos da exploração de petróleo na incidência de crime nos municípios brasileiros, demonstrando que os municípios petro-rentista tendem a ser mais violentos que os demais. Para a Bacia do Recôncavo, o estudo foi realizado selecionando a taxa dos municípios produtores e comparando com a taxa de homicídio do Estado, a nível comparativo. Uma outra análise é o estudo que demonstram o papel do contexto político e institucional no mecanismo de transmissão dos efeitos da extração e produção de petróleo no bem-estar das cidades e na sua população.

Tabela 9 - Taxa de Homicídio (100.000 habitantes) das cidades produtoras

Município	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Camaçari	4,69	14,22	16,17	25,60	39,08	34,21	53,17	54,75	48,39	60,54	52,87
Candeias	5,70	3,91	2,57	13,99	28,93	33,60	36,44	54,01	56,95	52,89	40,39
Alagoinhas	4,73	27,67	19,06	14,30	22,36	19,20	21,68	37,18	33,26	59,77	69,66
Catu		10,70	38,19	33,74	33,51	31,20	22,54	20,34	30,29	17,83	33,46
Entre Rios	2,75	8,00	20,66	35,38	54,28	36,16	13,75	31,28	13,10	29,79	46,88
Itanagra			15,49	45,85	15,10	29,84	14,53	28,67			29,06
Araças				17,49	8,57	8,43	32,47	23,90	15,65	33,04	40,96
Esplanada	7,00	3,67	10,83	14,25	31,62	27,72	36,97	19,86	29,37	15,34	51,34
Aramari	20,39	10,80		10,42		10,08					60,53
Cardeal da Silva							11,04	21,65	31,85	11,67	34,81
Mata de São João	5,93		12,20	27,28	18,08	17,97	17,73	23,48	14,59	38,50	42,94
Teodoro Sampaio		11,26	22,75		23,08	11,64	11,86	11,97		11,78	59,16
São Sebastião do Passé	5,01	2,50	4,96	9,85	21,99	14,55	21,47	7,10	16,42	24,02	71,83
Inhambupe		3,38	13,32	13,16	13,00	28,91	12,51	30,86	6,09	22,17	32,68
Pojuca		11,45	3,76	7,41	21,96	14,45	7,02		10,23	28,40	46,55
Conde		19,58	4,78	18,76	9,20	4,51	12,98		12,47	21,81	43,17
São Francisco do Conde	3,66				10,66	13,92	19,96	13,01	31,84	25,63	9,46

Fonte: IPEA, 2018

Tabela 10 – Taxa de homicídio da Bahia

Ano	Taxa
1999	6,82
2000	9,36
2001	11,9
2002	13,02
2003	16,03
2004	16,64
2005	20,43
2006	23,48
2007	25,62
2008	32,75
2009	36,52

Fonte: IPEA, 2018

Alguns dados não foram observados para determinados anos de municípios, entretanto o resultado obtido para os anos de 1999 até 2009, expressam taxas, em sua grande maioria, maiores que a média do estado. Essa demonstração corrobora com a literatura apresentada anteriormente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva de um novo ciclo dinâmico de produção de petróleo em terra é especialmente relevante para região da Bacia do Recôncavo na Bahia. Entretanto, a heterogeneidade estrutural manifestada na presença de setores com níveis muito diversos de produtividade nos seus municípios dificulta a sinergia entre energia e desenvolvimento. Torna-se necessário voltar os olhos para as particularidades do local e do território de uma maneira que as ações sejam enquadradas dentro da economia política de desenvolvimento territorial e para que a heterogeneidade estrutural seja diminuída entre a Bacia do Recôncavo.

As observações e análises presentes no trabalho retratam um processo de crescimento econômico acompanhado por heterogeneidades intensificadas. As teorias que abraçam o desenvolvimento local e as dificuldades de serem desenvolvidas, podem ser agrupadas pela visão estruturalista, que explicam o desenvolvimento como resultado de uma macroestrutura ou do desenvolvimento dependente.

Oliveira (2011) acredita que o desenvolvimento local pode ser inserido em um enredo de dispersão que intensifique desigualdades. A trajetória trilhada por ele é a luta por cidadania, uma contemporânea luta de classes do século XXI e que é uma luta por significados, direitos e voz. Além disso, Oliveira (2011) pede que as empresas saiam do abstrato e do numérico e vivam dimensões concretas, no entanto como já visto, a economia do petróleo não cria identidade com a cidade e as agendas de desenvolvimento com essas regiões são conflitantes.

A relação de abundância dos recursos naturais e acumulação de capital mostra que os diferentes indicadores de educação, saúde, trabalho formal, assistência social, violência são inversamente relacionados a riqueza nesses recursos. A Bacia do Recôncavo é um desafio vivo e latente que não foge dos diagnósticos da literatura da instigação gerada pelo desafio da abundância. A complexidade e multiplicidade das questões que presidem a análise são presentes e concretas. Muitos estudos que interligam o petróleo com o desenvolvimento são realizados para diversos municípios no Brasil, entretanto são poucos os que estão voltados para a Bacia do Recôncavo, logo esta é uma pesquisa que deve permanecer resistente.

A presença do petróleo em si, não gera desenvolvimento, é necessário propor diversificações econômicas que reforcem com as atividades culturais e produtivas da localidade para, enfim gerar uma verdadeira sinergia que até o momento, nunca foi realizada. O momento é de mudanças e essas devem ser concretas, no entanto há o questionamento que a qual ponto a

proposta do Programa REATE possui como fundamentação a concretude que é necessária para dinamizar economicamente e socialmente esses municípios. O Programa é muito recente para resultados e merece um olhar crítico sobre suas propostas e de fato sobre sua atividade. O objeto de estudo desse trabalho não deve encerrar as suas observações aqui, afinal a relação de energia e desenvolvimento é viva e a primeira Bacia petrolífera do Brasil anseia por transformações.

REFERÊNCIAS

- ANABAL, **Produção de petróleo e gás natural em campos com acumulação marginal no Brasil uma visão pragmática**. 2006. 156 f. Dissertação (Mestrado de Regulação a Indústria de Energia) – Universidade Salvador, Salvador, 2006.
- ANP. **Boletim anual de reservas 2016**. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/wwwanp/dados-estatisticos/reservas-nacionais-de-petroleo-e-gasnatural>>. Acesso em: 13 out. 2018.
- _____. **Boletim anual da produção de petróleo e gás natural 2018**. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/images/publicacoes/boletins-anp/Boletim_Mensal-Producao_Petroleo_Gas_Natural/Boletim-Producao_outubro-2018.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2018a.
- _____. **Dados estatísticos**. Disponível em: <www.anp.com.br>. Acesso em: 23 nov. 2018b
- _____. **Portaria nº 279 de novembro de 2003**. 2003. Aprova procedimento para a cessão total de direitos inerentes a contratos de concessão de campos marginais de petróleo ou gás natural. Disponível em: <<http://legislacao.anp.gov.br/?path=legislacao-anp/portarias-anp/tecnicas/2003/outubro&item=panp-279--2003&export=pdf>>. Acesso em: 07 set. 2018.
- _____. **Sumário geológico 2017**. Disponível em: <http://rodadas.anp.gov.br/arquivos/Round_13/areas_oferecidas_r13/Sumarios_Geologicos/Sumario_Geologico_Bacia_Reconcavo_R13.pdf>. 2017. Acesso em: 12 out. 2018c.
- ARAÚJO, Tatiana Brito. **Os engenhos centrais e a e a produção açucareira no Recôncavo Baiano (1875-1909)**. Salvador: FIEB, 2002.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- BARROSO, Geonísio Carvalho. Aspectos econômicos da produção do petróleo no Brasil. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO. **Economia do petróleo**. Rio de Janeiro: IBP, 1959.
- BIELSHOSWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Cofecon/Record, 2009. p-69-136. v. 1.
- BOOM and gloom. **The Economist**, Inglaterra, 8 mar. 2007. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/8819945>>. Acesso em: 14 out. 2018.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.
- _____. **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 1997.
- BRASIL. **Decreto legislativo nº. 395, de 29 de abril de 1938**. Declara de utilidade pública e regula a importação, transporte, distribuição e comércio de petróleo bruto e seus derivados, no

território nacional, e bem assim a indústria da refinação de petróleo importado ou produzido no país, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-395-29-abril-1938-349746-publicacaooriginal-73902-pe.html>>. Acesso em: 12 out. 2018a.

_____. **Decreto legislativo nº.538, de 07 de julho de 1938.** Organiza o Conselho Nacional do Petróleo, define suas atribuições, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-538-7-julho-1938-365278-publicacaooriginal-1-pe.html>> . Acesso em: 12 out. 2018b.

_____. **Decreto legislativo nº. 2.687, de 6 de novembro de 1875.** Autoriza o Governo para conceder, sob certas cláusulas, ao Banco de Crédito Real que se fundar segundo o plano da Lei nº 1237 de 24 de Setembro de 1864, garantia de juros e amortização de suas letras hypothecarias, e bem assim para garantir juros de 7% às companhias que se propuzerem a estabelecer engenhos centraes para fabricar assucar de canna. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2687-6-novembro-1875-549775-publicacaooriginal-65293-pl.html>>. Acesso em: 12 out. 2018c.

_____. **Lei n. 9.478, de 6 de agosto de 1997.** Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9478.htm> . Acesso em: 12 out. 2018d.

_____. **Lei nº. 12.351, de 22 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12351.htm> .Acesso em: 30 out. 2018e.

_____. Ministério de Minas e Energia (MME). **Grupo de trabalho do programa de revitalização das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas terrestres.** 2017. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/documents/10584/0/REATE+Relat%C3%B3rio+Final+Revisado+03out17+publicado____.pdf/eb110c91-4afe-4571-ba80-138e58626898>. Acesso em: 03 set. 2018f.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Relação anual de Informações Sociais - RAIS e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.** Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/>>. Acesso em: 14 out. 2018g.

BRITO, C. A. **Petrobras e a gestão do território no Recôncavo Baiano.** Salvador: EDUFBA, 2008.

CÂNDIDO, Carolina Silvestre; PERIN, Fernanda Steiner; CÁRIO, Silvio Antônio Ferraz. Heterogeneidade estrutural na indústria catarinense. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 58-88, 2013.

CEPAL. **Recursos naturales. Situación y tendencias para una agenda de desarrollo regional en América Latina y el Caribe.** Santiago de Chile, 2013.

COHN, Gabriel. **Petróleo e nacionalismo.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

COSTA NOVA, L. **Análise do impacto social de receitas provenientes de royalties do petróleo em municípios do estado da Bahia**. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2005.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. **Recôncavo**: Recôncavo laboratório de uma experiência humana. Rio de Janeiro: CLACSO, 1958.

CHENA, Pablo Ignacio, La heterogeneidad estructural vista desde tres teorías alternativas: el caso de Argentina. **Revista Comercio Exterior**, México, v.60, n.2, p. 99-115, 2010.

CRUZ, Danilo Uzêda da. **Estado, desenvolvimento e política pública**: espaços participativos na gestão dos territórios de identidade da Bahia. Salvador: EGBA, 2015.

DEACON, Robert T.; RODE, Ashwin. Rent seeking and the resource curse. In: _____. **Companion to the political economy of rent seeking**. Cheltenham, UK, Edward Elgar Publishing. 2015.

THE DEVIL'S: excrement: is oil wealth a blessing or a curse? **The Economist**, Inglaterra, 22 maio 2003. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/1795921>>. Acesso em: 18 out. 2018.

FERNANDES, Gerson. História da descoberta de petróleo no Recôncavo Baiano. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n. 144, p. 391-393, maio/jun. 1958.

FIRJAN. **Índice Firjan de desenvolvimento municipal**: notas metodológicas. 2010. Disponível em <<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9215B0DC4012164980B735B53.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder do poder**. 14. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

_____. **Subdesenvolvimento e dependência**: as conexões fundamentais. In: _____. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2014. (Coleção Clássico).

GIVISIEZ, Gustavo H.N.; OLIVEIRA, Elzira L. A pobreza e a riqueza nas cidades do petróleo. In: _____ **Petróleo e região no Brasil – o desafio da abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

IPEA – Ipeadata. **Taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos do sexo masculino (100.000 Habitantes)**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

LUCCHESI, Celso Fernando. Petróleo. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 33, p.17-40, 1998.

LUCZYNSKI, Estanislau. **Os condicionantes para o abandono das plataformas offshore após o encerramento da produção**. 2002. Tese (Doutorado em Energia) - Universidade São Paulo, São Paulo, SP, 2002.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MATA, Daniel da; SANTOS, César Augusto Ramos. Preços de petróleo e os trabalhadores do setor petrolífero brasileiro. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Brasília, n. 13, p. 33-37, 2016.

MEHLUM, H.; MOENE, K.; TORVIK, R. Institutions and the resource curse. **Economic Journal**, Oxford, v.116, p. 1–20, jan. 2006.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. [S.l.]: Vozes Limitada, 2016.

OLIVEIRA, Francisco. **Aproximações ao enigma**: o que quer dizer desenvolvimento local? [S.l.]: Pólis, 2001.

POSTALI, Fernando Antonio Slaibe. **Renda mineral, divisão de riscos e benefícios governamentais na exploração de petróleo no Brasil**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 2002.

POSTALI, Fernando Antonio Slaibe; NISHIJIMA, Marsilei. O retorno social dos royalties do petróleo nos municípios brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. ANPEC , 36., 2008, Salvador. **Anais.....** Rio de Janeiro: ANPEC, 2008.

PRED, Allan. **Sistemas de cidades em economias adiantadas**. Tradução de Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

PIQUET, R.; SERRA, R. (orgs.). **Petróleo e região no Brasil**: o desafio da abundância. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

RAMIRES, Julio César de Lima. As grandes corporações e a dinâmica sócio-espacial: a ação da Petrobras em Macaé. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 53, p. 115-151, 1991.

RIBEIRO, Machado Beatriz. **As cidades do petróleo são mais seguras? uma análise dos efeitos da exploração de petróleo na incidência de crime nos municípios brasileiros**. 2016. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2016.

ROCHA, Paulo Sérgio; SOUZA, Antonio Oswaldo; CÂMARA, Roberto J. Batista. O futuro da Bacia do Recôncavo, a mais antiga província petrolífera brasileira. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 11, n. 4, p. 32-44, 2002.

SACRAMENTO, Magnum Seixas. **Avanços e barreiras a indústria do petróleo e gás nos campos maduros da bacia do recôncavo após a promulgação da lei do petróleo de 1997**. 2003. 84 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Faculdade de Economia, UFBA, Salvador, 2013.

SANTOS, Milton. **A rede urbana do Recôncavo**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1959.

_____. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

SCHIOZER, Rafael. **Um modelo de alívio de royalties para campos maduros.** 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências e Engenharia do Petróleo) - Instituto de Geociências, Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2002.

SILVA, L. G. A. **A maldição dos recursos naturais:** uma análise dos municípios do estado da Bahia no período de 2002 a 2013. 2016. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2016.

SINNOTT, E.; DE LA TORRE; A.; NASH, J. **Recursos naturais na América Latina:** indo além das altas e baixas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SOARES, M. F. G. **Regulação, dinâmica, riscos e oportunidades das operações de exploração e produção de campos maduros com acumulação marginais:** o caso Bahia. 2010. Dissertação (Mestrado profissional em Administração) - Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2010.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI. **Sistema de informação multidimensional.** Disponível em: < <http://azimute.sei.ba.gov.br/>>. Acesso em: 04 set. 2018a.

_____. **Economia e social:** PIB e estudos correlatos. Disponível em: <<http://http://www.sei.ba.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2018b.

_____. **Pobreza na Bahia em 2010:** dimensões, territórios e dinâmicas regionais. Disponível em: < <http://http://www.sei.ba.gov.br> >. Acesso em: 15 out. 2018c.

TORRES, Vasconcelos. **Condição de vida do trabalhador na indústria do açúcar.** Rio de Janeiro: IAA, 1945.